Globethics Repository

RELATÓRIO ANUAL 2002

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Book
Authors	Côté-Freeman, Susan;Förnzler, Karen
Publisher	Transparency International
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-11 01:02:35
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/177273

A corrupção é um dos maiores desafios que o mundo contemporâneo enfrenta. Ela prejudica o governo honesto, distorce as políticas públicas, leva à má alocação de recursos e prejudica o desenvolvimento do setor privado. Mas, acima de tudo, a corrupção fere aqueles que menos têm condições de lutar contra ela. Só é possível deter a corrupção com a cooperação de todos os que apostam na integridade e na transparência de suas instituições. Ao juntar suas forças, as instituições internacionais, o Estado, os cidadãos conscientes e o setor privado podem derrotar a corrupção. A eliminação da corrupção melhora a vida de homens e mulheres em todo o mundo.

A Transparência Internacional reconhece que a responsabilidade pela corrupção é comum a todos e sua ênfase está nos sistemas de reforma, e não na denúncia de cidadãos. A TI é a única instituição internacional dedicada à luta contra a corrupção. Tornou-se a maior força na luta pela transparência e por governos honestos, com uma rede de capítulos nacionais que implantam sua missão em quase noventa países.



Nossa Missão

A Transparência Internacional comemora seu décimo aniversário, muitas coisas mudaram, mas uma permanece: a promoção da transparência e da responsabilidade social no governo, no setor civil e na sociedade continua a ser a melhor abordagem para combater o suborno e a corrupção.

A conscientização pública da necessidade de transparência está mais presente do que nunca, e precisamos manter esse tema nas agendas nacionais e internacionais. No ano passado vimos a publicação de nosso primeiro *Relatório Global da Corrupção (RGC)*, adicionando um amplo relatório de âmbito mundial às publicações da TI. O segundo RGC, publicado em janeiro de 2003, concentra-se no Acesso à Informação, tema que é o centro de nossa missão. Em todo o mundo, os capítulos nacionais da TI estão trabalhando nessa área: da criação de projetos de lei ao lobby para sua aprovação; da pressão sobre os políticos e autoridades para publicar suas contas ao monitoramento de eleições e concorrências públicas.

A TI sempre acreditou que o primeiro passo eficaz e sério contra a corrupção é ter um entendimento das causas implícitas, dos incentivos e das brechas que levam às práticas de corrupção. A TI desenvolveu um sistema que permite que os governos e a sociedade civil analisem os pontos fortes e fracos de seus próprios Sistemas Nacionais de Integridade. O *TI Source Book* [Livro de Referência da TI], que explica detalhadamente nosso conceito de Sistema Nacional de Integridade, foi traduzido em vários idiomas; existe até uma versão brasileira (ver em www.transparencia.org.br/source) e uma versão francesa adaptada pela TI e seus capítulos nacionais para os países africanos de língua francesa. Reconhecendo o papel especial da sociedade civil em tornar os governos e as empresas mais responsáveis, a TI também desenvolveu o novo *Corruption Fighters' Tool Kit* [Kit de Ferramentas Anticorrupção]; a obra fala das experiências da sociedade civil na luta contra a corrupção e da avaliação do impacto desse trabalho.

Os escândalos que envolveram algumas empresas no ano passado puseram em evidência a fraqueza das estruturas de controle sobre o setor privado. Para isso, a TI, em parceria com a Social Accountability International e em colaboração com empresas, sindicatos, organizações acadêmicas e não-governamentais, foi parceira no desenvolvimento dos Princípios Empresariais contra o Suborno. Os Princípios, lançados no final de 2002, visam encorajar mudanças no comportamento empresarial. Eles deverão fornecer uma ferramenta para as empresas que estão engajadas na luta contra o suborno.

A TI continuou a trabalhar com o grupo Wolfsberg de bancos internacionais para criar regras sobre "como conhecer seu cliente"; a idéia é dar atenção especial à lavagem de dinheiro vindo da corrupção. Ao mesmo tempo, os capítulos da TI na África vêm liderando a campanha para recuperar os bens roubados por antigos ditadores. Em 2002, a TI também se juntou à coalizão de mais de sessenta ONGs na campanha Publique o que Você Paga, um apelo aos governos para que estabeleçam regras para exigir que as indústrias de extração divulguem seus gastos. As populações de países em desenvolvimento estão exigindo cada vez mais que seus governos prestem contas sobre as fontes de suas receitas.

A TI, desde o começo, tem lutado para a criação de coalizões entre a sociedade civil, governos e o setor privado: elas são essenciais para a reforma. Uma notícia ruim ligada ao setor privado surgiu com o Índice de Países Corruptores de 2002: apenas um em cada cinco diretores de empresas internacionais localizadas em mercados emergentes está consciente da Convenção Anticorrupção da Organização para a Coopereação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), três anos após ter ela ter entrado em vigor. Segundo a Convenção, o suborno de autoridades estrangeiras é crime. Poucos casos foram a julgamento por infração à Convenção. Se os pagadores de suborno não forem processados e condenados, as empresas não evitarão que isso continue acontecendo em países estrangeiros. A boa notícia é que o lançamento do Índice fez com que a OCDE acelerasse a implantação da Convenção. O lançamento também propiciou uma promessa imediata do ministro da Justiça de Taiwan para pôr em vigor uma lei que considera crime o pagamento de subornos no exterior.

Em dez anos, a TI caminhou muito, mas a luta contra a corrupção é contínua. Nós acolhemos todos aqueles que quiserem nos apoiar em nossos capítulos nacionais para assegurar que a transparência e a responsabilidade civil estejam sempre em pauta.

Peter Eigen
Presidente do Conselho

As inúmeras reportagens do ano passado sobre os últimos escândalos de corrupção nos fazem acreditar que a velha prática do pagamento de suborno está aumentando. O lado positivo é que a conscientização dessa praga universal e dos seus efeitos terríveis sobre o desenvolvimento também está aumentando. Quanto maior a atenção nos temas do suborno e da corrupção, maior é a chance de as pessoas se engajarem num diálogo concreto sobre como impedir seu crescimento. Em muitas partes do mundo, esse diálogo já começou e os capítulos nacionais da TI estão tendo um papel decisivo na criação de respostas eficazes.

Maior Conscientiz





Václav Havel, presidente da República Tcheca



Eva Joly, ex-juíza-chefe de investigações, da França



Vicente Fox, presidente do México



Baltasar Garzón, juiz da Suprema Corte da Espanha

Exposição de Arte contra a Corrupção, no centro de Praga

Desde 1983, a Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), realizada a cada dois anos, reúne profissionais para troca de informações e idéias sobre a luta contra a corrupção, avaliação das estratégias existentes e desenvolvimento de novas abordagens.
A décima IACC bianual foi aberta em Praga em 7 de outubro de 2001 pelo presidente tcheco Václav Havel. Mais de mil participantes compareceram à conferência, que durou quatro dias, na capital tcheca. Entre os principais oradores estavam personalidades como Baltasar Garzón, o magistrado espanhol que tentou extraditar o ex-presidente do Chile Augusto Pinochet, o filantropo Georges Soros e o presidente do México, Vicente Fox. Representantes de alto escalão do setor privado e de ONGs também estavam presentes, bem como importantes ativistas da luta contra a corrupção. Eles participaram de mais de setenta workshops que trataram de temas como lavagem de dinheiro, corrupção na ajuda financeira aos projetos de desenvolvimento, fundação de partidos políticos e como conduzir negócios em zonas de conflito. Essa série de conferências contra a corrupção continuou na Coréia do Sul, de 25 a 28 de maio de 2003. O anfitrião foi o governo coreano, que contou com a ajuda da Transparência Internacional; a TI continua sendo o representante do Conselho da IACC. Pela primeira vez, essa conferência esteve ligada ao Terceiro Fórum Global da Conferência sobre a Luta contra a Corrupção e a Salvaguarda da Integridade, que aconteceu no mesmo local, de 29 a 31 de maio de 2003. Maiores informações sobre a 11ª IACC estão disponíveis em **www.11iacc.org**.

"O Relatório Global da Corrupção da TI é a primeira tentativa de uma organização de mapear a luta global contra a corrupção... um guia de viagem para a selva de padrões e práticas em diversas regiões do mundo..."

The Guardian **(Grã-Bretanha), outubro de 2001**

ação

Seguindo-se ao sucesso do **Relatório Global da Corrupção (RGC)** de 2001, uma segunda edição foi lançada em janeiro de 2003. Única publicação que enfoca a corrupção sob uma perspectiva global, o RGC é um veículo essencial de divulgação e uma referência para o movimento anticorrupção. A segunda edição nos dá uma visão geral do "estado da corrupção" em todo o mundo durante o período de julho de 2001 a junho de 2002, e se concentra no tema chave do movimento da TI — o acesso à informação.

A primeira edição do RGC mereceu considerável interesse por parte da mídia. Além do lançamento em Londres, foram realizadas entrevistas coletivas em dez países e reportagens sobre o RGC apareceram em dezenas de idiomas e nas mídias nacionais. Alguns trechos foram publicados em jornais da Jordânia, Quênia e Paquistão. Mais de 5000 cópias foram distribuídas a legisladores, empresários, jornalistas, acadêmicos e estudantes, e ativistas da luta contra a corrupção em todo o mundo.

Para a segunda edição do RGC, especialistas prepararam análises detalhadas sobre a liberdade de informação em todo o mundo, transparência em empresas, o papel da mídia e a função que a sociedade civil está desempenhando na luta pelo acesso à informação e ao uso da informação para desvendar casos de corrupção.

O relatório também contém dezesseis relatórios regionais sobre acontecimentos internacionais ligados a atividades de corrupção e anticorrupção ocorridos durante o último ano. Preparados por acadêmicos e especialistas, os relatórios mostram os progressos e os obstáculos nessa área em todo o mundo.

Os dados finais e a seção de pesquisa do relatório proporcionam uma visão única da pesquisa feita atualmente, com contribuições de organizações governamentais internacionais, organizações não-governamentais, do setor privado e do acadêmico. O relatório contém ainda o último Índice de Percepções de Corrupção e o Índice de Países Corruptores. O RGC está disponível em **www.globalcorruptionreport.org**.

Os capítulos da TI em ação



Panamá, Brasil, Gana

Mais de 1500 panamenhos deram-se as mãos numa Corrente Humana Contra a Corrupção, em março de 2002, numa iniciativa promovida pelo Movimento dos Cidadãos contra a Corrupção. Organizado pela TI do Panamá e por outras ONGs, o evento atraiu um grande número de participantes, incluindo representantes de sindicatos, do setor privado, de acadêmicos e de comunidades de base. O objetivo da corrente foi protestar contra os escândalos recentes de corrupção no governo e também apoiar uma investigação governamental que suspendeu a imunidade de 71 membros do Congresso. No Brasil, a Transparência Brasil apoiou e participou de uma marcha de protesto contra a corrupção no Piauí, um dos estados mais pobres do país. O objetivo foi pressionar os prefeitos a usarem os requisitos constitucionais de transparência para as contas municipais. A marcha começou no município de Picos e terminou 306km depois, na capital, Teresina. Ao longo da jornada, ONGs locais fizeram apresentações e seminários sobre cidadania e sobre a importância dos mecanismos de controle cívicos. A Ghana Integrity Initiative [Iniciativa de Integridade em Gana], capítulo em formação da TI em Gana, organizou uma caminhada pela integridade chamada "Declare-se pela Integridade! Caminhe com sua Consciência", em dezembro de 2001. Mais de mil cidadãos tomaram parte do evento, e os líderes nacionais declararam seu compromisso com a integridade em uma demonstração pública contra a corrupção. Entre os líderes da caminhada estavam o ministro da Informação e de Assuntos Presidenciais, o líder da maioria no Parlamento e o presidente da Associação dos Jornalistas de Gana.

O meio é a mensagem

No Níger, a Association Nigérienne de Lutte contre la Corruption (ANLC) [Associação Nigerina de Luta contra a Corrupção], o capítulo em formação da TI, usou a televisão para divulgar sua mensagem anticorrupção. Com a ajuda da Mourna, uma produtora de filmes, a associação produziu três minidramas que destacaram o alto custo da corrupção em três áreas muito importantes da administração pública: saúde, educação e administração alfandegária. Os filmes de três minutos dramatizam o impacto destrutivo que a corrupção causa no dia-a-dia. O primeiro conta a história de um executivo rico que tenta subornar um professor para garantir que seu filho seja aprovado. O segundo mostra um homem que dá dinheiro a uma enfermeira corrupta para que sua esposa consiga um leito num hospital. O último mostra o julgamento de um agente alfandegário corrupto. As três histórias destacam o alto preço que a sociedade paga pela corrupção. Com verbas da Cooperação Francesa, os filmes foram mostrados no horário nobre durante seis semanas antes do início de um seminário nacional sobre corrupção organizado pela ANLC. Os filmes foram transmitidos em francês, em hauçá e em zarma para que pudessem atingir o maior número possível de pessoas em Níger. A ANLC está planejando desenvolver novos roteiros para mostrar o problema de corrupção na justiça e nas contas públicas.

Níger

Em 2001, o segundo **Prêmio de Integridade da TI** foi dado à então juíza Eva Joly, da França, e também ao Ministério Público e aos cidadãos de Londrina, no Brasil. Os prêmios foram entregues numa cerimônia no Castelo de Praga durante a abertura da 10ª Conferência Internacional Anticorrupção. Eva Joly, que já retornou ao seu país, a Noruega, recebeu o Prêmio TI pelo papel de liderança que desempenhou nas investigações sobre corrupção que levaram a julgamento ex-políticos e empresários de alto escalão na França. Os promotores brasilerios Bruno Galatti, Cláudio Esteves e Solange Vicentin chefiaram uma investigação realizada pelo Ministério Público que culminou no impeachment do prefeito de Londrina, cidade de 450 mil habitantes no estado do Paraná, Brasil. Seus esforços atraíram o apoio de um grande número de grupos da sociedade civil que, através de grande pressão, conseguiram que o prefeito perdesse o cargo. O terceiro Prêmio de Integridade da TI foi distribuído na reunião geral anual da TI em Marrocos, em outubro de 2002. Entre os agraciados de 2002 esteve o empresário Luiz Roberto Mesquita, de Guarulhos (SP).

Uma das principais ações da TI na luta contra a corrupção é a criação de coalizões com empresários e parceiros preocupados com esse problema. A corrupção não pode ser eliminada por um grupo sozinho. Por essa razão, a TI vem criando coalizões cada vez mais sólidas e que envolvem o setor privado, o setor público, ONGs e instituições internacionais.



A construção de Coa

O capítulo inglês da Transparência Internacional (TI UK) publicou um relatório inovador que pedia ao governo da Grã-Bretanha que tomasse uma atitude eficaz para limitar a corrupção na indústria bélica. O relatório sobre **Corrupção no Comércio Oficial de Armas** foi o ponto culminante de uma série de conferências organizadas pela TI UK em cooperação com o governo sueco e com um grupo internacional de representantes da indústria bélica, ONGs e acadêmicos. Segundo o relatório, o comércio oficial de armas é responsável por 50% de todas as transações internacionais corruptas. De acordo com uma estimativa conservadora sobre comissões pagas, o total fica perto dos 10% em uma indústria que movimenta 40 bilhões de dólares por ano.

O relatório, que foi lançado com a participação de Clare Short, secretária de Estado do UK International Development [Desenvolvimento Internacional da Grã-Bretanha], continha várias recomendações importantes. Dentre elas estavam a criação de licenças de importação; a criação de subsídios indiretos para os fabricantes de armas, sob a condição de assinarem um contrato garantindo não haver subornos, reforçado por procedimentos de obediência interna bastante severos; medidas para garantir que o crédito às exportações não forneceria, direta ou indiretamente, dinheiro para subornos; maior controle parlamentar sobre o comércio oficial de armas tanto nos países que exportam quanto nos que importam armas; um código de conduta amplo e a implantação do Pacto de Integridade da TI no comércio de armas. A TI UK vai acompanhar e monitorar essas recomendações no próximo ano.

A **Forest Integrity Network (FIN)** [Rede de Integridade da Floresta] é uma coalizão que luta contra a corrupção no setor florestal, e que é apoiada pela TI. A FIN é um fórum para o desenvolvimento de instrumentos e a coleta e troca de informações sobre programas que lutam contra práticas corruptas que causam a degradação do meio ambiente e a destruição de recursos florestais valiosos. A rede trabalha para o fortalecimento de iniciativas contra a corrupção no setor florestal, para a promoção de pesquisas e para aumentar a colaboração entre os diversos empresários. A FIN fundamenta-se no desejo de seus membros de promover o crescimento sustentável da floresta e de proteger o bem-estar de pessoas pobres que dependem dos recursos florestais para sobreviver.

A FIN concentra um grande número de ativistas como, por exemplo, ONGs, organizações que promovem o crescimento sustentável e a conservação dos recursos naturais, organizações internacionais e agências bilaterias de ajuda, departamentos florestais e, por último, empresas privadas e organizações financeiras envolvidas na produção e comércio de madeira.

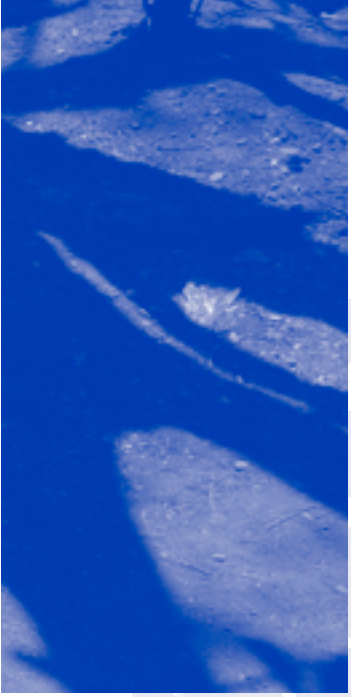
A FIN foi lançada em maio de 2000, numa reunião realizada no Harvard University's Center for International Development [Centro para Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard]. Numa outra reunião, promovida pelo Banco Mundial em novembro de 2001, os participantes concordaram que a FIN deveria:

- estabelecer um centro de documentação on-line e um banco de dados sobre corrupção florestal
- compilar um livro de referência sobre a melhor maneira de se lutar contra a corrupção florestal
- ajudar na coordenação dos esforços dos membros da FIN para o combate à corrupção florestal em algumas das regiões com maior diversidade biológica do mundo
- definir os métodos para a preparação de estudos de caso
- encorajar os pesquisadores a realizar estudos de caso
- identificar e procurar formas de preencher os vazios no conhecimento disponível sobre a corrupção florestal
- ajudar a tornar as iniciativas acima mais abrangentes e congregar mais colaboradores

Para maiores informações sobre a FIN, veja a website da TI e **www.syenco.com/FINindex.html**.

"Estima-se que o comércio oficial de armas é responsável por 50% de todas as transações internacionais corruptas. Uma estimativa conservadora sobre o nível das comissões pagas é de 10% numa indústria que movimenta 40 bilhões de dólares por ano."

Relatório da TI UK da Corrupção no Comércio Oficial de Armas, abril de 2002



ção de lizões

Proteção aos denunciantes

Com o apoio da Partnership for Transparency Fund, a Transparência da Nigéria trabalhou com a ONG mais importante, a Public Concern at Work [Interesse Público Trabalhando], e com organizações locais especializadas em denúncias públicas na luta contra a corrupção. A partir do workshop realizado sobre o tema, surgiu a proposta de uma legislação de proteção aos denunciantes. Um projeto de lei deverá ser apresentado ao Congresso da Assembléia Nacional em setembro de 2002.

Nigéria

Programa de aconselhamento a cidadãos

A TI Polônia associou-se ao principal jornal da Polônia, o *Rzeczpospolita*, para elaborar um programa de aconselhamento aos cidadãos para o encaminhamento de reclamações contra instituições públicas em assuntos de corrupção, crime financeiro ou omissão de informações.

A TI Polônia submete essas informações aos editores do *Rzeczpospolita*. Se as investigações feitas pelos jornalistas confirmarem o abuso, o jornal publica o caso e a TI Polônia prepara a queixa e leva-a às autoridades competentes. Tanto a TI Polônia como o jornal acompanham o andamento do processo. Em menos de dois anos, o programa já investigou mais de 400 casos ligados a governos locais, administração federal, processos judiciais e serviços de saúde.

Polônia



O Partnership for Transparency Fund (PTF) ajuda a sociedade a combater a corrupção através da criação de verbas para projetos específicos, preferivelmente em repartições públicas. O PTF é uma empresa sem fins lucrativos, criada em março de 2000; baseia-se exclusivamente no conhecimento científico de pessoas especializadas em lutar contra a corrupção e que fazem um trabalho voluntário. É diferente da TI, mas tem forte ligação com o movimento da TI.

O principal critério que determina se uma atividade deve receber a verba do PTF é saber se o patrocínio do PTF, independentemente dos doadores oficiais, será útil para gerar maior credibilidade aos que recebem essa verba na interação com as autoridades públicas. A prioridade são as iniciativas vindas da parceria dos setores público e civil para promover uma maior transparência, integridade e responsabilidade civil. As doações partem de quantias pequenas, mas também podem chegar a 25 mil dólares.

Até agora, o PTF já doou cerca de 134 mil dólares em apoio a treze projetos em vários países como Brasil, Bulgária, Camboja, Colômbia, Equador, Índia, Letônia, Mongólia, Nigéria, Paquistão, Paraguai e Polônia. Esses projetos envolveram o controle de leilões públicos, privatizações e verbas para contratos públicos, bem como apoio para que a população civil pudesse participar da criação de medidas contra a corrupção, denúncias e campanhas na mídia para incentivar a conscientização pública sobre as formas de reduzir a corrupção. O impacto desses projetos variou muito, mas em alguns casos pequenas quantias dadas pelo PTF resultaram em medidas que economizaram milhões de dólares, como demonstrou o grupo que monitorou o leilão para a licença de telefones celulares na Bulgária e a introdução de um pacto de integridade quando da cessão de um grande contrato feito pela Companhia de Água e Esgoto de Karachi.

As principais fontes de verbas do PTF são a BMZ da Alemanha (administrada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) e uma fundação privada da Grã-Bretanha. Para maiores informações, veja o site da PTF: **www.partnershipfortransparency.org**.

Quem paga pela propaganda política?

A TI Letônia (Delna) e o Soros Fund in Latvia [Fundo Soros da Letônia] desenvolveram um projeto destinado a divulgar informações financeiras dos partidos políticos. O objetivo do projeto piloto foi testar um mecanismo de monitoramento independente dos gastos dos partidos políticos nas eleições municipais de 2001. A TI Letônia pediu aos líderes dos partidos políticos que divulgassem a renda e as despesas das campanhas. A informação foi analisada e os especialistas procuraram na mídia por anúncios disfarçados. Esse projeto foi testado num programa semelhante criado pelos capítulos da TI na Argentina, Costa Rica e Peru. A imprensa acompanhou todo o projeto. Em outubro de 2001, a TI Letônia divulgou um relatório final sobre o monitoramento do financiamento da campanha política de 2001. Diante do sucesso desse projeto, a TI Letônia monitorou os gastos das eleições parlamentares de Saeima, em outubro de 2002. Devido ao regulamento, o balanço do financiamento das próximas eleições será apresentado pelos partidos apenas cinco meses depois das eleições, e não doze meses depois, como acontecia antes. A TILAC, rede de capítulos latino-americanos da TI, elegeu o tema do financiamento das campanhas eleitorais como o objetivo de seu segundo projeto regional. Como parte do projeto, a TILAC criou um registro com todas as iniciativas que a sociedade civil latino-americana vem fazendo para controlar o financiamento das campanhas.

Esses dados serão a base para a futura troca de conhecimento e desenvolvimento de instrumentos inovadores e de ações coordenadas.

Letônia

O TI Source Book [Livro de Referência da TI] continua sendo adaptado para ser usado em várias localidades do mundo. O National Integrity Source Book [Livro de Referência sobre Integridade Nacional], trabalho pioneiro da TI na luta contra a corrupção, já foi traduzido para mais de vinte idiomas, e muitas outras traduções e adaptações estão sendo feitas.



O desenvolvi

Ferram



A versão do **Livro de Referência da TI** feita para os países africanos de língua francesa foi publicada recentemente pela TI. O livro, chamado *Combattre la corruption – Enjeux et perspectives*, é uma adaptação ao contexto legal, econômico e político dos países de língua francesa da África e é o resultado de um trabalho de dois anos, que envolveu cerca de cem participantes. A Transparência Brasil, capítulo nacional da TI no Brasil, publicou recentemente o livro *Caminhos da transparência*, uma adaptação do Livro de Referência da TI para o contexto brasileiro. A adaptação envolveu um grande número de profissionais liberais como advogados, jornalistas, acadêmicos e especialistas do setor público.
As adaptações do Livro de Referência não só providenciam as ferramentas para diagnóstico como também são um canal para a mobilização de uma variedade de especialistas e parceiros no movimento anticorrupção nesses países. A Transparência pela Colômbia fez uma adaptação semelhante para o contexto colombiano com a ajuda de um grupo de especialistas em assuntos institucionais e jurídicos. O documento está sendo produzido com a ajuda financeira do Secretariado da TI. Uma versão em árabe será feita pela TI Jordânia. Essa versão será a base para o futuro trabalho de adaptação do livro de referência para os capítulos da TI no mundo árabe. Sob a supervisão do professor Hu Angang, contato da TI na China, o Anti-Corruption Centre of the Graduate School of Public Policy & Management of Qinghua University [Centro Anticorrupção da Faculdade de Política e Administração Pública da Universidade de Qinghua] em Pequim publicou uma tradução para o chinês. A TI Romênia também lançou uma tradução para o romeno. O Livro de Referência já serviu de base para a elaboração do projeto de Estratégia e Plano de Implantação de Práticas contra a Corrupção da Romênia. Em 2002, o livro foi a referência para o "White Book on Corruption" [Livro Branco sobre Corrupção], elaborado antes da entrada da Romênia para a OTAN.

Produzido pela primeira vez em 2001, o **Kit de Ferramentas Anticorrupção** é um compêndio sobre experiências práticas que a sociedade civil relata de sua luta contra a corrupção, descritas em linguagem acessível. Apresenta ferramentas contra a corrupção inovadoras, desenvolvidas e implantadas pelos capítulos nacionais da TI e outras organizações da sociedade civil em muitos lugares do mundo. A edição de 2002 descreve 27 ferramentas diferentes que incluem iniciativas da Europa ocidental e do Oriente Médio, além da África, Ásia e América Latina, e é produzida em CD-ROM. O Kit de Ferramentas Anticorrupção confirma a criação de coalizões como um marco no trabalho eficaz contra a corrupção.

Para fortalecer os esforços da TI na administração do conhecimento, a Knowledge and Information Services Unit (KISU) [Unidade de Serviços de Conhecimento e Informações] começou a reunir, processar e disseminar conhecimentos anticorrupção criados pela TI, seus parceiros, capítulos nacionais e outros, na coalizão contra a corrupção. Aproveitando as novas tecnologias de informação e comunicação, a KISU desenvolveu um sistema online de informações bastante amplo. O **Corruption Online Research and Information System (CORIS)** [Sistema de Pesquisa de Informações Online sobre Corrupção] da Transparência Internacional é um canal para a divulgação de informações globais sobre os recursos contra a corrupção disponíveis. Com o apoio financeiro dos governos britânico e holandês, o CORIS visa:

- ser o principal portal da Internet contra a corrupção, disseminando conhecimento de ponta sobre as inovações contra a corrupção, as instituições de integridade e a "boa prática"
- facilitar a criação de coalizões eficazes e a formulação de estratégias contra a corrupção mais bem informadas
- criar uma rede global de informações, pesquisa e



mento de entas

ferramentas de aprendizagem para ajudar as pessoas que trabalham por um política verdadeira de mudanças e para oferecer iniciativas e maiores oportunidades de aprendizagem para aqueles que querem lutar contra a corrupção em todo o mundo

- ser uma ferramenta pró-ativa para ir ao encontro das necessidades de conhecimento dos parceiros e usuários da TI
- continuar a apoiar e complementar os programas contra a corrupção da TI que atualmente funcionam em cooperação com parceiros locais, nacionais e globais em todas as regiões do mundo

Trabalhando principalmente com os capítulos nacionais e organizações parceiras, a TI vai dar destaque às informações locais sobre a corrupção para o público internacional. O portal do CORIS vai ser multilíngüe e acessível globalmente. O CORIS vai ter, manter e atualizar grande quantidade de bancos de dados para ajudar os que lutam contra a corrupção em vários lugares do mundo, e oferecer acesso livre e informações sobre:

- organizações engajadas direta ou indiretamente na luta contra a corrupção, que podem ser pesquisadas por tema e região
- atividades realizadas por essas organizações
- recursos disponíveis para serem usados como material de apoio e pesquisa
- informações sobre departamentos acadêmicos engajados no ensino e na pesquisa da luta contra a corrupção
- uma lista de especialistas na luta contra a corrupção em todo o mundo
- um arquivo com recortes de jornais diários para referência atual e futura

Obedecer às regras

O Senado argentino pode alegar que suas atividades estão apoiadas em leis que garantem a transparência, mas um projeto de monitoramento do Poder Cidadão, o capítulo argentino da TI, provou que essas regras não funcionam na prática. Trinta voluntários participaram de um programa de monitoramento que durou sete meses; tinham que assistir a sessões plenárias diárias, submetiam pedidos de informações às instituições competentes e participavam de reuniões da comissão.

Esses voluntários enfrentaram vários obstáculos quando tentaram comparecer às sessões plenárias, ou quando seus pedidos de informações foram negados ou quando descobriram que as reuniões da comissão nunca aconteciam. Diante dessas barreiras à transparência, o Poder Ciudadano afirmou publicamente que o Senado argentino era, simplesmente, "não-monitorável". Os resultados do projeto, juntamente com várias recomendações, foram apresentados num relatório especial. Em resposta a esse relatório, o Senado criou uma comissão especial para elaborar um projeto de lei sobre a reforma administrativa da Câmara Superior. O Poder Ciudadano também tomou medidas legais quando o Senado recusou-se a divulgar os bens de seus membros. A Corte Suprema deu ganho de causa ao Poder Ciudadano, determinando a divulgação de informações a qualquer cidadão que solicitá-las.

Argentina

Como tornar os políticos responsáveis

Antes das eleições estaduais em setembro e outubro de 2001, a TI Alemanha concentrou sua atenção nas promessas eleitorais de combate à corrupção, fazendo os partidos assumirem "padrões de responsabilidade". O capítulo perguntou aos partidos políticos quais medidas específicas seriam tomadas contra a corrupção se eles fossem eleitos, especialmente nos temas de suborno, licitações e nepotismo na administração pública e nas empresas estatais. Depois das eleições, o capítulo avaliou até que ponto os partidos vencedores cumpriram suas promessas e organizou várias entrevistas coletivas anunciando os resultados do monitoramento. Antes das eleições federais de setembro de 2001, a TI Alemanha realizou pesquisas nos partidos políticos sobre temas como acesso a informação, listas negras, legislação criminal corporativa, financiamento de partidos políticos e subornos entre parlamentares.

Alemanha

Um guia para o labirinto

No Líbano, há poucos procedimentos administrativos mais corruptos e complicados do que o processo para obter um alvará de construção. Para que os cidadãos consigam desviar desse labirinto sem subornar autoridades ou usar um intermediário, a Associação Libanesa Transparência (ALT), capítulo da TI em formação, publicou um folheto sobre os passos necessários para se conseguir o alvará. O manual menciona os passos e os documentos, taxas e prazos para cada procedimento administrativo e destaca a diferença entre os procedimentos padrão e os corruptos. O folheto está sendo distribuído gratuitamente ao público, às ONGs e às instituições públicas e privadas. Como parte do mesmo projeto, a ALT preparou um relatório detalhado sobre a complexidade do sistema atual e com recomendações de reformas que serão submetidas ao poder Legislativo.



Líbano

- compêndios temáticos completos sobre os principais tópicos que serão utilizados como boletins de conscientização para pesquisadores e autoridades
- arquivo de material jurídico para referência fácil e rápida

Recurso multilíngüe cuja função é a luta contra a corrupção, e que cobre os principais temas de todas as regiões do mundo, o CORIS logo será uma janela para o conhecimento anticorrupção disponível e fornecerá referências a outros recursos organizacionais na Internet. Usando tecnologias modernas, o CORIS logo terá potencial para atingir públicos-alvo via e-mail, Internet e por outros meios.

Como parte do compromisso de promover maior probidade tanto no setor público como no privado, a Transparência Internacional trabalha com vários parceiros para desenvolver ações práticas na luta contra a corrupção. Alguns exemplos são os Pactos de Integridade e os Princípios Wolfsberg contra lavagem de dinheiro. A mais nova iniciativa da TI é o desenvolvimento dos Princípios Empresariais contra o Suborno. Seu objetivo é fornecer às empresas, sejam elas pequenas, médias ou grandes, orientações sobre melhores práticas internas e procedimentos para reduzir a probabilidade de subornos. Desenvolvidos durante os últimos três anos em cooperação com empresas, sindicatos e organizações não-governamentais, os Princípios Empresariais identificam e formalizam as boas práticas empresariais para combater o pagamento de subornos.

Como estabelecer Padrões

Durante os últimos três anos, surgiram novos **Pactos de Integridade (PIs) da TI**. O impacto cada vez maior que os PIs mais antigos causam continua a dar provas de sua eficácia. O PI, como foi desenvolvido pela TI, é um acordo entre um governo ou um departamento do governo e os licitantes de um contrato do setor público, em que os dois lados concordam em não pagar, oferecer, exigir ou aceitar subornos, ou ser conivente com fraudes dos concorrentes para obter o contrato, ou depois que os contratos entrarem em vigor. Os licitantes concordam em denunciar todas as comissões pagas durante a negociação, e se o acordo for violado serão aplicadas as sanções de direito. Os licitantes podem sofrer perda ou recusa de contrato, confisco da licitação ou de bônus, serão responsabilizados pelos danos e entrarão na lista negra para futuros contratos; já os funcionários do governo responderão criminalmente ou receberão sanções disciplinares. O PI provou ser um instrumento adaptável pois evita que as empresas paguem subornos porque elas sabem que seus concorrentes obedecem às mesmas regras. O PI também ajuda os governos a reduzir o alto custo da corrupção em licitações, privatizações e obtenção de licenças.

O Pacto de Integridade, que foi aplicado na seleção de consultores de engenharia no Projeto Karachi de Água e Esgoto no Paquistão, em 2002, mostrou mais uma vez seu valor. Esse contrato ficou muito mais barato que outro contrato de consultoria semelhante, assinado quatro anos antes, sob a égide de uma instituição financeira internacional. O processo de seleção foi monitorado cuidadosamente pelo capítulo da TI no Paquistão.

Em Milão, na Itália, onde a administração municipal aplicou o PI a um grande número de contratos, algumas construtoras tentaram impedir o pacto judicialmente. A decisão do tribunal deve sair em pouco tempo. Mas, durante o processo, descobriu-se que vários licitantes haviam violado seus compromissos com o PI e foram colocados na lista negra pela prefeitura.

Na América Latina, o PI foi muito aplicado em vários lugares. No México, sete PIs foram assinados no nível federal, juntamente com um instrumento bastante inovador chamado "Testemunha Social" (Testigo Social). Trata-se de um especialista nomeado pelo Conselho Nacional da Transparência para monitorar o processo de contratação e assegurar sua transparência. Na Colômbia, 29 PIs foram assinados durante os últimos três anos; a experiência obtida em dezesseis processos agora em andamento foi levada a Bogotá, onde três novos PIs foram assinados recentemente. No Equador, esse instrumento está sendo usado em dois processos de contratação na área de telecomunicações, e no Peru o PI está sendo introduzido em processos de licitação da Polícia Nacional.



A Transparência Brasil não promove Pactos de Integridade.

Oração pela justiça

"Um homem é julgado pela sua empresa. Um país é julgado pelo seu poder Judiciário", diz Poonam Singh (na foto), um dos membros da TI Índia-Uttar Pradesh, que arrisca ser presa por fazer vigílias e orações em frente ao Tribunal Distrital em Uttar Pradesh, numa campanha contra a falta de pontualidade dos oficiais de justiça. Os registros são manipulados pelos oficiais e estimulam o pagamento de subornos porque passam casos na frente de outros. Para mostrar esse abuso de poder, os militantes "Ram Dhun" rezam todos os dias que o magistrado não chega pontualmente. Os registros de ponto são submetidos ao juiz distrital e à Corte Suprema Estadual. Dois membros da TI Índia acusados de desrespeito à lei foram condenados a sete dias de prisão. Uttar Pradesh é apenas um dos estados em que a TI Índia estabeleceu um subcapítulo. Em Gujarat, Kajal Muley trabalha com Prasannavadan Mehta na Bhavnagar Consumer's Association [Associação dos Consumidores de Bhavnagar], subcapítulo da TI, para ajudar os cidadãos a tentar uma indenização quando, por exemplo, um oficial de justiça recusa-se a acolher uma queixa sem o pagamento de uma propina. Mehta, um ex-parlamentar, trabalha sem ajuda de advogados, mas já ganhou 90% dos casos que leva ao tribunal. Ele foi também à Corte Suprema para ajudar camelôs que têm alvará, mas que são sistematicamente perseguidos por quatro tipos de oficiais que exigem propinas: a polícia, os policiais de trânsito, as autoridades do bairro e as do comércio.



Índia

"Uma coalizão internacional está surgindo da necessidade de se fecharem as vias abertas às elites corruptas que desviam seus ganhos ilícitos para contas em bancos estrangeiros."

Jermyn Brooks, diretor-executivo da TI, *International Herald Tribune*, **outubro de 2001**

A Transparência Internacional, em parceria com a Social Accountability International [Responsabilidade Social Internacional], desenvolveu os **Princípios Empresariais contra o Suborno**. O objetivo é encorajar a mudança no comportamento das empresas e ser um ponto de referência para a prática anticorrupção.
Os Princípios Empresariais foram desenvolvidos em colaboração com empresas, sindicatos, organizações acadêmicas e não-governamentais e foram amplamente testados em três companhias na Índia, Azerbaijão e Suíça. Provaram tratar-se de boas práticas empresariais no combate ao suborno e representam um instrumento apto para ser usado por empresas que querem criar ou fortalecer sistemas de administração para prevenir a prática de suborno. A TI lançou os Princípios Empresariais no final de 2002 e vai divulgá-los amplamente na comunidade empresarial nos doze meses seguintes. Um seminário realizado pela Transparência Brasil lançou as bases para uma adaptação ao ambiente do país.

Durante o ano que passou sob observação, o **Wolfsberg Group of International Financial Institutions** [Grupo Wolfsberg de Instituições Financeiras Internacionais], do qual a TI é membro, ampliou o âmbito de suas atividades. O Grupo, formado por bancos privados importantes, desenvolveu os Princípios Wolfsberg para a unificação das regras contra a lavagem de dinheiro e para dificultar a entrada de dinheiro ganho ilicitamente no sistema bancário. O papel da TI foi convocar os bancos, uma vez que muitos deles continuam a fornecer e a facilitar assessoramento especializado ligado à corrupção. O grupo original de onze bancos que estabeleceu as regras gerais contra a lavagem de dinheiro em 2000 expandiu-se e hoje inclui outras instituições financeiras do Japão e dos Estados Unidos. Os bancos participantes concordaram agora com as novas regras de "propriedade beneficiária", que tornaram mais rígidos os procedimentos de identificação da origem do dinheiro de pessoas ou entidades que abrem uma conta. Em razão dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o Grupo Wolfsberg criou um conjunto de recomendações sobre o financiamento ao terrorismo. O Grupo está agora concentrando sua atenção em práticas legais de outras áreas como, por exemplo, bancos subsidiários e controle de contas. Como parte de seu trabalho sobre lavagem de dinheiro, a TI fornece dados para a análise das 40 recomendações da Financial Action Task Force [Força-Tarefa de Ação Financeira]. Os detalhes dos Princípios Wolfsberg podem ser encontrados em **www.wolfsberg-principles.com**.

Coalizão Viva Ética

A transição para a economia de mercado na República Tcheca criou desafios para um ambiente empresarial honesto. Para resolver esses desafios, a TI República Tcheca (TI-Cz) criou a Viva Ética, uma coalizão de empresas e organizações que declaram publicamente e demonstram ativamente seu compromisso com práticas empresariais éticas. A Viva Ética recomenda um relacionamento sólido com empregados, clientes, acionistas, sócios e a comunidade como um todo. Além da TI Cz, são fundadores da Viva Ética as filiais tchecas de grandes empresas multinacionais, como a PricewaterhouseCoopers, Merck, Shell e Monsanto. Através de um centro de informações na Internet, a Viva Ética dá acesso a informações, projetos e estudos de casos de práticas éticas na República Tcheca e em outros países.

República Tcheca

De olho nos cães de guarda

A TI Bangladesh publicou seu primeiro relatório sobre o desempenho do National Bureau of Anti-Corruption [Escritório Nacional Anticorrupção]. A TI Bangladesh descobriu que o Escritório era controlado diretamente pelo gabinete do primeiro-ministro e era preciso ter autorização oficial para a abertura de inquérito contra políticos e autoridades do alto escalão. O resultado é que apenas 4% de todos os acusados de corrupção tinham sido condenados, 5,2% foram absolvidos e os outros 90,8% dos casos permaneciam não resolvidos. Esse relatório baseou-se numa investigação da TI Bangladesh sobre 31 746 queixas entre 1994 e 2000. A TI Bangladesh, como parte de uma coalizão de políticos, membros da sociedade civil e representantes de órgãos profissionais, convocou uma comissão anticorrupção que é independente, imparcial e eficaz e cuja integridade de seus membros está acima de qualquer suspeita.

Bangladesh

Uma rede de informações

Como parte de seu trabalho contínuo na área de licitações, a Corporación Latinoamericana para el Desarrollo (CLD) [Corporação Latino-Americana para o Desenvolvimento], capítulo nacional da TI no Equador, criou a Licitenet.com em parceria com o setor privado. Esse banco de dados da Internet divulga as práticas do governo ao público e permite que todos tenham acesso às informações sobre processos de licitação atuais e antigos. Como o governo não oferece pronto acesso a informações sobre licitações públicas, essa sociedade foi concebida como uma resposta às preocupações de associações empresariais e outras organizações sobre os altos níveis de corrupção nessa área. A Licitenet.com publica diariamente todos os pedidos de pagamento e todos os contratos do governo que foram assinados. Desde que foi lançado, em setembro de 2001, esse site já recebeu mais de 13 500 visitantes.

Equador

Código de ética

A TI Coréia do Sul realizou um estudo sobre a ética nos negócios e finalizou-o com sérias recomendações para que o setor privado adotasse um sistema de ética nos negócios. As trinta maiores empresas do país foram consultadas sobre se tinham um código de ética (ou equivalente), e o conteúdo específico desses códigos foi depois analisado. A Shinsegae e a Hyundai Department Store foram selecionadas como sendo as melhores empresas nessa área. Em 2001, catorze das trinta principais firmas tinham seu próprio código de ética ou código de conduta. Em 2000, quando foi realizado o primeiro estudo sobre a ética nos negócios, apenas nove empresas tinham um código de ética, e dessas, apenas uma minoria tinha um compromisso verdadeiro com o código. Em outubro de 2001, a TI Coréia publicou os resultados do estudo juntamente com os programas de ética nos negócios de sete empresas para servirem como exemplo.

Coréia do Sul

Em dezembro de 1997, quando foi lançada, a Convenção de Combate ao Suborno da OCDE foi saudada como um divisor de águas na luta contra a corrupção internacional. Como entre os signatários se encontram os países exportadores mais importantes, o compromisso de acabar com o suborno de autoridades estrangeiras criou a expectativa de uma drástica redução da corrupção internacional.



Desenvolvimentos Internacio

Depois de quase cinco anos, a Convenção de Combate ao Suborno de Autoridades Estrangeiras em Transações Comerciais Internacionais da OCDE ainda está longe de alcançar seus objetivos. Embora 34 países tenham ratificado a Convenção e aprovado uma legislação para sua implantação, a lei ainda não entrou totalmente em vigor. O Índice de Países Corruptores da TI, de 2002, ainda indica que as comunidades empresariais dos quinze mercados emergentes mais importantes praticamente nem sabem que a Convenção existe e o pagamento de subornos continua bastante comum.

O OECD's Working Group on Bribery [Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE] está monitorando o processo. A Fase I, ou seja, a avaliação das leis aprovadas para a implantação da Convenção, teve sucesso. Mas a Fase II, que trata da avaliação dos programas nacionais de aplicação da lei, ainda não está dando bons resultados. Como as leis não entraram em vigor até o momento, é preciso que o programa da Fase II seja mais vigoroso e que garanta o sucesso da Convenção.

Durante a Fase I, cerca de trinta países tiveram sua legislação revista. Descobriu-se que cerca de um terço das leis tinha grandes falhas e a outra terça parte tinha deficiências menores. A TI e muitos de seus capítulos nacionais tiveram um papel muito importante pois revisaram e analisaram as leis do Grupo de Trabalho e encorajaram os governos a reforçar suas leis. Ao criticar duramente o Japão e a Grã-Bretanha, o Grupo mostrou uma coragem raramente vista em organizações internacionais. A partir daí, os países membros, inclusive Japão e Grã-Bretanha, corrigiram muitas das falhas que foram identificadas.

A Fase II teve um começo desencorajador. O objetivo era a revisão de sete ou oito países por ano, mas durante o primeiro ano e meio, apenas quatro países foram analisados. O futuro dessas revisões continua incerto por falta de pessoal e de verba. Na opinião da TI, a não-implantação das leis demonstra falta de empenho por parte dos governos membros. Ao não fornecer verbas para o monitoramento da Fase II, deixam claro que não querem divulgar suas falhas no processo.

A TI incitou a OCDE e os governos membros a se empenharem ainda mais e fornecerem a verba necessária para que a Fase II recobrasse seu vigor; pediu ainda que anunciassem um calendário de revisões cuja prioridade fossem os países comercialmente mais importantes. Isso seria um estímulo para a aplicação da lei. Durante a Fase I, além do constrangimento público, houve pressão por parte dos outros membros. O resultado foi a aplicação de leis severas e eficazes. As revisões da Fase II podem trazer a mesma força e assegurar que essas leis sejam, realmente, implantadas.

A TI também pressionou a OCDE a adotar outras medidas importantes para o sucesso da Convenção:

- A Convenção trata do suborno de autoridades estrangeiras, mas não trata adequadamente do suborno de partidos políticos e autoridades políticas estrangeiras. Em outubro de 2000, a TI reuniu 28 pessoas de nove países membros da OCDE para que elaborassem recomendações para as ações da organização. Essas recomendações foram apresentadas ao Grupo de Trabalho em fevereiro de 2001. O mesmo suborno pago a partidos e autoridades políticas estrangeiras para a compra de favores pode ser usado para impedir as ações da Convenção. Portanto, é preciso uma ação rápida para corrigir esta brecha.
- Existe uma grande preocupação porque o suborno pago pelas subsidiárias estrangeiras é usado para escapar da

"A Convenção da OCDE oferece um rota de fuga ao dilema do prisioneiro; antes, as empresas acostumadas à prática de suborno não tinham um padrão muito alto de responsabilidade social porque sabiam que não havia "jogo limpo" e que o comércio honesto os colocaria em desvantagem competitiva."

Peter Eigen, Comentários para o Livro do Ano da OCDE, 2002



onais

Na terra do suborno

Os resultados de uma grande investigação realizada pela Transparência Mexicana, capítulo nacional da TI no México, mostram que os lares mexicanos participaram de cerca de 214 milhões de atos de corrupção envolvendo cerca de 2,3 bilhões de dólares. A National Survey on Corruption and Good Governance (NSCG) [Investigação Nacional sobre Corrupção e Boa Administração] entrevistou 14 mil famílias sobre várias práticas corruptas e a freqüência com que foram realizadas. O estudo mostrou que em famílias com renda inferior a um salário mínimo, as pessoas gastaram até duas vezes mais em subornos do que as famílias médias, indicando que os pobres sofrem mais os efeitos da corrupção. A partir desses dados, foram criados dois Índices de Corrupção e Boa Administração. Um dos índices classifica ações corruptas em 38 serviços públicos segundo a freqüência com que são realizadas, e o outro classifica o nível de corrupção nos 32 estados mexicanos. Como a investigação será realizada todos os anos, os resultados desse ano servirão como base para as mudanças nas medidas contra a corrupção nos diferentes setores e estados. A divulgação dos índices mostrou à população e aos legisladores como é comum o pagamento de suborno para se ter água potável ou se obter um alvará para a construção de uma casa e em quais estados o problema é mais sério.

Outras informações sobre a investigação estão disponíveis em **www.transparenciamexicana.org.mx**.

México



Convenção. Se, por um lado, a Convenção não pode lidar diretamente com as subsidiárias estrangeiras que não têm relações comerciais com os países da OCDE ela pode, por outro lado, exigir que as empresas mães, sediadas nos países membros da OCDE, obriguem suas subsidiárias a cumprir os programas contra o suborno. Os líderes do movimento pelo cumprimento dos programas vêm pressionando as empresas multinacionais a adotar e aplicar programas consistentes de cumprimento das leis em todas as fases de suas transações comerciais. O cumprimento da Convenção depende de se acreditar que não existe evasão. Só assim a OCDE adotará medidas para controlar as subsidiárias estrangeiras envolvidas em suborno.

- Em abril de 2001, o Grupo de Trabalho recebeu da Câmara de Comércio Internacional recomendações detalhadas sobre como enfrentar o suborno no setor privado. Os representantes da TI participaram da elaboração dessas recomendações e as endossaram. Três considerações explicam bem por que essas medidas são importantes. Primeiro, o processo de privatização deixou um pouco difusa a linha que divide o setor público do setor privado. Fica fácil fugir das proibições que se aplicam apenas ao suborno de autoridades oficiais. Segundo, numa economia global o suborno dentro do setor privado, como também entre as autoridades oficiais, tornou-se transnacional. Terceiro, na maioria dos países, o setor privado é muito maior que o setor público. Isso vale tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento.

Finalmente, a OCDE deve criar outras medidas para promover o cumprimento das leis. Muitas delas poderiam ser elaboradas em cooperação com outras organizações e não precisariam da ratificação da Convenção ou de grande comprometimento dos recursos da OCDE. Essas medidas são: cooperação com países em desenvolvimento para reduzir o suborno em países estrangeiros; ajuda a empresas na luta contra a extorsão; promoção da conscientização da Convenção; fortalecimento da assistência jurídica mútua; programas de obediência às leis em empresas.

Com a ratificação do Brasil da **Convenção Interamericana contra a Corrupção**, em 2002, como resultado de intervenção direta da Transparência Brasil sobre o governo, 26 dos 34 membros da OEA, incluindo todos os principais países do hemisfério, ratificaram o primeiro acordo regional anticorrupção do mundo. A Convenção estabelece orientações claras para reduzir a corrupção no setor público – tornando crime um grande número de ações corruptas, aplicando o cumprimento das leis, aumentando a cooperação jurídica e fortalecendo medidas preventivas como, por exemplo, códigos de conduta, quebra do sigilo bancário e proteção aos denunciantes.

Quase todos os signatários concordaram em participar de um programa de monitoramento da OEA para a implantação e aplicação das leis. Esses mecanismos são essenciais em outros fóruns para que as convenções sejam realmente cumpridas e tenham um impacto prático.

Continua na página seguinte

Um comitê formado por especialistas de cada país participante vai avaliar o cumprimento dos compromissos estabelecidos pela Convenção. Na primeira "rodada", os especialistas vão avaliar o cumprimento de certas cláusulas, como medidas preventivas, organismos de controle e participação da sociedade civil. A primeira rodada de análises deverá ser completada no final de 2004. A partir daí, novas cláusulas serão analisadas pelos especialistas.

A metodologia usada para a análise dos pares da OEA é semelhante, em alguns aspectos, àquela seguida por outros regimes multilaterais anticorrupção, como a OCDE e o GRECO [Grupo de Estados Contra a Corrupção]. Os Estados devem responder a um questionário, que será analisado por especialistas de outros dois Estados. A OEA publicará um relatório sobre cada país em seu site.

Se, por um lado, a TI aplaude o progresso alcançado até o momento, há, por outro lado, vários temas que já são motivo de preocupação: recursos, programação, participação e publicação.

- Os planos orçamentários no momento são inadequados para os profissionais que serão contratados para realizar avaliações significativas. Bancos de desenvolvimento multilaterais e doadores bilaterais ainda não se comprometeram a ajudar os Estados com apoio financeiro.
- Com a programação atual, levará anos até que a análise de todas as cláusulas da Convenção seja completada. A menos que o processo seja acelerado, é improvável que os Estados consigam tomar as devidas providências.
- Embora tenham permissão para visitar os locais, os especialistas não precisam necessariamente fazê-lo. Sem eles, a sociedade civil, inclusive o setor privado, pouco vai contribuir com avaliações claras, confiáveis e independentes da implantação e aplicação das leis.
- Não há um comprometimento explícito para tornar os documentos públicos, especialmente as respostas do governo aos questionários e aos relatórios preliminares. Se a população não tiver acesso a essas informações a tempo, ela não possuirá uma base adequada para avaliação.

Os capítulos da TI em todo o hemisfério, que estão ativamente envolvidos com o processo de monitoramento desde sua criação, submeteram suas recomendações ao secretário-geral da OEA e ao Comitê de Especialistas. Eles estão trabalhando com outras organizações da sociedade civil para lançarem programas internos de monitoramento. A Argentina vem fazendo um grande esforço nesse sentido através da Comission de Seguimiento del Cumplimiento de la Convención Interamericana contra la Corrupcion, que realizou uma análise independente do progresso de seu governo.

A TI está presente em várias iniciativas contra a corrupção patrocinadas por agências internacionais. Entre elas está a **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção**, que seria o primeiro tratado global anticorrupção.

As negociações foram iniciadas em Viena no começo de 2002 e espera-se que continuem durante 2003 até a publicação do texto final. A TI submeteu um conjunto de propostas ao Comitê *ad hoc* responsável pela criação da convenção defendendo o fortalecimento das colaborações da sociedade civil, ampliando a definição de autoridade pública para incluir autoridades de partidos políticos e políticos eleitos, e assegurando um mecanismo de monitoramento sólido.



Desenvolvimentos Intern

A TI também contestará a exigência de que quarenta países ratifiquem a Convenção para que ela entre em vigor, algo difícil de se conseguir. Além disso, a TI foi a única ONG a participar de uma reunião da ONU para aumentar a cooperação interagências na luta contra a corrupção.

A TI também participou do trabalho do **United Nations Global Compact** [Acordo Global das Nações Unidas]. O Acordo foi criado para ajudar as empresas a cumprir os princípios de direitos humanos internacionalmente aceitos, os padrões trabalhistas e os de proteção ambiental. A TI ajudou na formulação das recomendações sobre transparência e responsabilidade civil dos maiores interessados: sociedade civil, governos, agências multilaterais e empresas multinacionais.

Segundo o relatório de 2002 da Comissão Européia, a corrupção continuou sendo um problema persistente em quase todos os treze países que lutam para serem admitidos na **União Européia**. O relatório, que incluiu informações fornecidas por nove capítulos nacionais da TI, salientou a necessidade de se fortalecerem os mecanismos que eliminam a corrupção e pediu aos países candidatos que acelerassem as reformas do Judiciário. Essa foi a primeira vez que a Comissão Européia buscou contribuições da TI na forma de avaliações individuais de cada país sobre o progresso feito na luta contra a corrupção. Uma vez que os países candidatos mostraram níveis de percepção de corrupção muito mais altos do que muitos dos atuais Estados membros, essa evolução deve aumentar a importância desse tema na pauta da União Européia.

A associação **Anti-Corruption Action Plan for Asia-Pacific** [Plano de Ação Anticorrupção para o Pacífico Asiático], cujo principal objetivo é a identificação das prioridades nacionais para ações do governo, foi endossada

"Essa prática antiga e universal foi condenada como um verme que destrói os frutos do esforço econômico. Novas leis foram introduzidas e as empresas multinacionais estão adotando entusiasticamente novas políticas de 'não-corrupção'. Ainda assim, apesar de todos esses esforços, o verme ainda está vivo."

The Economist,
março de 2002



Índice de Suborno Urbano

Em janeiro de 2002, a Transparência Internacional Quênia divulgou seu primeiro Índice de Suborno Urbano. O estudo mostrou que o queniano urbano médio paga dezesseis subornos por mês; a maioria deles é paga à polícia, ao Ministério de Obras Públicas e ao departamento de imigração. O dr. David Ndii, principal pesquisador desse estudo, espera que o Índice seja útil para os legisladores e se torne o ponto de partida para novas pesquisas. Além disso, ele deve dar origem a um padrão de qualidade de integridade. "O que gostaríamos de ver é que, daqui a três ou cinco anos, essa organização, que no início trabalhou com índices de suborno de 76%, chegue aos 5%", diz o dr. Ndii. A reação pública ao Índice tem sido extremamente positiva, mas várias instituições reclamaram ao tomarem conhecimento de seus fracos desempenhos. O plano da TI Quênia é publicar esse estudo regularmente.



Quênia

nacionais

pela 3ª Conferência Anual da Iniciativa Anticorrupção para o Pacífico Asiático da ADB/OCDE em novembro de 2001. Os capítulos da TI na região aceitaram o plano como um primeiro passo importante, mas destacaram que a implantação seria a chave do seu sucesso. Com a ajuda de seus capítulos nacionais, a TI vai apoiar e monitorar a implantação do plano. A TI também recomendou que esses países adotassem medidas para reduzir a corrupção, inclusive subornos pagos por suas empresas em países estrangeiros. As principais medidas contra a corrupção propostas pelos capítulos da TI foram: orientações para o acesso à informação, assistência mútua na investigação e na aplicação de leis contra a corrupção, e cooperação no processo de recuperação de receitas provenientes de corrupção em todas as fronteiras nacionais.

A TI associou-se ao **Mining, Minerals & Sustainable Development (MMSD)** [Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável], um projeto independente de pesquisa e consulta, com duração de dois anos, que busca compreender como o setor de mineração e de minerais pode contribuir para o desenvolvimento sustentável. O MMSD enviou recomendações a trinta companhias de mineração em todo o mundo. Como parte do processo de consultas a TI realizou uma reunião em seu escritório central em Berlim sobre a corrupção no setor de minerais e mineração.

A TI vem participando de uma nova **Commission on Finance for Water Infrastructure** [Comissão sobre Finanças para Infra-Estrutura de Água] chefiada pelo ex-diretor do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus. O objetivo da comissão são as formas de mobilização de verbas para investimentos na rede de água. A contribuição da TI é a adaptação de seus conceitos de Sistema de Integridade e Pacto de Integridade.

Como medir a corrupção eleitoral

Um estudo sobre a atitude do eleitor, realizado pela TI Zâmbia durante a eleição de setembro de 2001, revelou, segundo os entrevistados, que os níveis de suborno e corrupção durante as eleições eram extremamente altos. Quando perguntados se aceitariam presentes em troca de seu voto, 14% responderam que aceitariam, enquanto 33% disseram que rejeitariam qualquer oferta. Mas 40% declararam que aceitariam o suborno e, apesar disso, votariam no candidato que haviam escolhido antes. Embora todos os partidos estivessem envolvidos em tentativas de compra de votos, os entrevistados identificaram o partido da situação como o principal culpado. Falhas na legislação eleitoral da Zâmbia impedem que o sistema proíba a distribuição de alimentos e doações pelo Fundo Discricionário da Presidência durante as eleições. A TI Zâmbia exigiu a criação de leis para regulamentar as finanças das campanhas eleitorais e a divulgação dos fundos de campanha, incluindo a lista de doadores que contribuíram com os partidos políticos e candidatos.

Zâmbia

O desafio dos resultados eleitorais

Críticas ao governo de Zimbábue revelaram ser algo perigoso, já que as eleições de março de 2002 preparavam o caminho para a reeleição do presidente Robert Mugabe. As novas leis da mídia e de segurança, bastante severas, dificultaram ainda mais as ações de grupos da sociedade civil. Mas, apesar da pressão constante e de interrogatórios ocasionais da polícia, os membros da TI Zimbábue fez grandes progressos. A mídia local e a internacional deram grande cobertura às atividades da TI Zimbábue, especialmente depois que o capítulo pôs em dúvida a legalidade do processo eleitoral. Segundo o presidente da TI Zimbábue, John Makumbe, as eleições não poderiam ser justas e livres porque "o jogo político não era limpo". Além de servir como observador oficial das eleições de março, a TI Zimbábue criou a Coalizão para a Crise no Zimbábue (uma coalizão de 250 ONGs). Antes das eleições de março, a TI Zimbábue organizou um "centro de informações sobre a crise" no escritório da TI Harare, que distribuía notas à imprensa e recebia relatórios sobre irregularidades ocorridas nas zonas eleitorais de todo o país. A TI Zimbábue já tinha experiência no monitoramento de eleições no país – o grupo foi o grande responsável, juntamente com a sociedade civil, pelo monitoramento das eleições parlamentares de 2000.

Zimbábue

Como conseguir reformas no Senegal, Marrocos e Madagascar

Os capítulos da TI em todo o mundo reconheceram que as investigações sobre corrupção são ferramentas úteis que podem ser a base para um grande trabalho nesse sentido. Essas investigações fornecem dados muito importantes para países cujas autoridades, muitas vezes, chegam a negar que o problema existe. São, também, o primeiro passo para o desenvolvimento de estratégias nacionais para o combate à corrupção. Estudos realizados por três capítulos da TI em países africanos de língua francesa mostram a extensão do problema.

Senegal

- Noventa por cento dos entrevistados, entre indivíduos e empresas, reconhecem que a corrupção existe em todo o Senegal.
- Quarenta por cento dos executivos consideram o suborno necessário para se obter um contrato público.
- A maioria dos entrevistados acredita que a compra de votos é uma prática comum e que o acesso aos serviços públicos muitas vezes depende de "pagamentos" secretos.

Marrocos

- Depois dos impostos, a corrupção foi apontada pelas empresas marroquinas como sendo o maior obstáculo ao desenvolvimento do setor privado.
- Oitenta e sete por cento dos entrevistados consideram a corrupção um dos piores problemas do país depois do desemprego, do custo de vida e do tratamento do lixo.
- Numa visão um pouco mais otimista, 79% dos entrevistados acharam que seria possível lutar contra a corrupção, enquanto apenas 21% julgaram que seria impossível.

Madagascar

- Sessenta e cinco por cento dos entrevistados disseram que a corrupção aumentou no país nos últimos cinco anos.
- Ganhos pessoais foram considerados o principal motivo para a corrupção, seguido de baixos salários e impunidade.
- A tolerância à corrupção é maior por parte de indivíduos do que de empresas.
- Os setores mais propensos à corrupção são a polícia de trânsito, o sistema Judiciário e o funcionalismo público.

Pe

Ricardo Uceda do Peru

Como revelar a corrupção



Ricardo Uceda começou a se convencer da necessidade de lutar contra a corrupção na época em que era um dos jornalistas mais famosos do Peru. Como líder de um grupo de repórteres investigativos no jornal *El Comercio*, o jornal mais antigo e de maior prestígio do Peru, Ricardo denunciou casos de abuso de poder que abalaram o governo do presidente peruano Alberto Fujimori. Em 1993, em uma reportagem, revelou a existência de um cemitério clandestino que continha os corpos de nove estudantes universitários e um de seus professores, que tinham sido vítimas de um esquadrão da morte militar com a proteção do governo Fujimori. Mais tarde, Ricardo descobriu enormes fraudes eleitorais no regime Fujimori.

A corrupção estava por toda a parte na administração peruana. "É difícil encontrar um lugar onde a corrupção esteja tão disseminada como no Peru", diz Ricardo. "Quase todo mundo foi filmado aceitando suborno de (Vladimiro) Montesinos", ex-conselheiro presidencial e chefe do serviço nacional de inteligência, que atualmente enfrenta uma longa lista de acusações criminais que inclui enriquecimento ilícito, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

"Para nós da imprensa, que tivemos oportunidade de ver tão de perto o fenômeno da corrupção, era evidente que mesmo depois que o governo Fujimori caísse (em 2000) e levasse os corruptos consigo, todos os fatores que sustentavam a corrupção continuariam existindo", diz Ricardo, 49 anos.

A partir daí, Ricardo e vários outros peruanos compreenderam que era essencial criar uma ampla coalizão na sociedade civil para lutar contra a corrupção. O que levou à formação, em junho de 2001, da ProEtica, um consórcio anticorrupção composto de quatro organizações, incluindo o Instituto da Sociedade e Imprensa, do qual Ricardo é fundador e diretor-executivo.

O objetivo da ProEtica, contato nacional da TI no Peru, é lutar contra a corrupção e fortalecer a democracia no país. Ricardo considera a corrupção "uma tragédia nacional que nos deixou moralmente abalados, economicamente exauridos, socialmente frustrados e politicamente fracos". Ele ainda consegue ser um pouco otimista, mas é realista sobre o futuro político do Peru.

"Pela primeira vez na história do Peru, os culpados estão sendo trazidos à justiça, mas seria um grande erro pensar que resolvemos o problema de corrupção no Peru. Estamos lidando com uma prática em voga há muito tempo. Portanto, precisamos de ações eficazes para prevenir, investigar, denunciar a corrupção e estabelecer sanções para coibi-la. Precisamos continuar a criar um clima cultural e institucional que diminua a corrupção no futuro."

ssoas

Djilali Hadjadj da Argélia



Democracia: exatamente o que o médico receitou

Djilali Hadjadj parou de praticar a medicina há dez anos porque, sendo um dos maiores críticos das violações dos direitos civis e humanos, sentiu que estava em perigo. Isso levou-o a buscar sua segunda paixão: o jornalismo investigativo. Mas seu trabalho como jornalista e chefe da Algerian Anti-Corruption Association [Associação Argelina Anticorrupção], contato nacional da TI no país, é, por certo, até mais perigoso.

"Eu era um ingênuo", diz Djilali, referindo-se aos primeiros anos em que trabalhou como médico. "Eu achava que não havia corrupção onde a vida humana estava em jogo." Mas depois de quinze anos trabalhando nos hospitais públicos da Argélia ele se convenceu de que a corrupção custa muito caro. Não foi nenhuma surpresa, então, que ele começasse sua carreira no jornalismo investigativo denunciando casos de corrupção na indústria farmacêutica e nas licitações de equipamento médico. Algum tempo depois, ele publicou um importante suplemento sobre saúde no jornal *El Watan*.

Djilali Hadjadj continua trabalhando com o tema da corrupção através de uma coluna regular no jornal *Le Soir d'Algérie* e de artigos e documentários para a mídia estrangeira. Sete anos de trabalho com investigações culminaram na publicação do livro *Corruption et Démocracie en Algérie* (La Dispute Editeurs, Paris), em 1999. Segundo Djilali, apesar de ter conseguido a independência há quarenta anos, a Argélia ainda sofre de um "déficit democrático" e a falta de democracia gerou um solo muito fértil para a corrupção. Em vez de usar os recursos minerais do país para seu próprio desenvolvimento, o lucro gerado pelo petróleo vai parar nas mãos de políticos. As autoridades argelinas chegaram a intimidá-lo muitas vezes por causa de suas investigações. Ele já recebeu inúmeras intimações para comparecer ao tribunal, acusado de difamação.

Apesar dos riscos, Djilali continua a lutar. "Se tivesse que fazer tudo isso sozinho, eu já teria desistido há muito tempo", ele confessa. Trabalhar com outras pessoas tão dedicadas e que fazem parte da Associação Argelina Anticorrupção é uma grande fonte de energia, ele diz. A Associação, criada em 1999, enfrentou obstáculos legais quando tentou obter seu registro no Ministério do Interior. Mas, apesar dos desafios, o grupo está crescendo cada vez mais. Está começando a criar coalizões locais e regionais para conscientizar a população e para tratar de temas como transparência nas licitações públicas e na reforma agrária. É encorajador saber que a luta contra a corrupção na Argélia se tornou "altamente democrática", diz Djilali. Ele destaca o trabalho de outros jornalistas, de ONGs e de funcionários públicos que estão começando a se manifestar contra a corrupção.

Apesar do longo processo de violência na Argélia, Djilali está otimista sobre o futuro do país. Ironicamente, ele argumenta que será ótimo quando os lucros com o petróleo começarem a diminuir nos próximos 25 anos. Isso forçará o governo a desenvolver outras fontes potenciais de riqueza, como a agricultura e o turismo. Djilali considera "irreversível" tudo o que se conseguiu recentemente com os avanços da democracia e da liberdade de expressão. Ao falar sobre as manifestações e greves que varrem o país desde 1998, ele diz: "São arautos anunciando que os argelinos estão prontos para as mudanças".

Djilali confessa que sente falta de seu trabalho como médico e acha que poderá voltar um dia. Mas continua apaixonado por seu trabalho na luta contra a corrupção: "Há tantas coisas para fazer na vida! Eu tenho sorte de poder escolher o que fazer e gostar do que faço. É verdade que meu trabalho absorve quase todo meu tempo e interfere na minha vida pessoal. Pode até ser bastante perigoso, mas é sempre fascinante".

A Transparência Internacional na América Latina e no Caribe



Depois das inúmeras manifestações positivas que recebemos no ano passado, é um prazer apresentar a segunda edição do informe anual da TI, que novamente inclui uma separata sobre a Transparência Internacional na América Latina e no Caribe (TILAC) — a rede de capítulos nacionais da região.

Ao longo de 2002 tivemos a oportunidade de presenciar a consolidação — em termos programáticos e institucionais — da rede da TILAC, concomitantemente ao aprofundamento da crise econômica, política e social vivida em boa parte de nosso continente — e que nos põe diante de desafios específicos. A crise argentina foi, em grande medida, um reflexo dos efeitos desastrosos que a corrupção e a falta de reforma efetiva do sistema político podem ter no que diz respeito à fragilidade das instituições públicas e a falência do Estado. As campanhas para eleições presidenciais na Nicarágua, em Honduras, na Costa Rica, na Bolívia, na Colômbia, no Equador e no Brasil responderam aos desafios e dificuldades para a governabilidade, em vários casos apoiando-se em plataformas anticorrupção. A incorporação do discurso anticorrupção às agendas nacionais não decorre apenas de uma pressão crescente por parte da comunidade internacional mas, sobretudo, resulta de uma demanda e de uma tomada de consciência constantes em prol da transparência e da prestação de contas por parte da cidadania e da sociedade civil organizada. A TILAC aproveita os novos espaços que se abrem, ao mesmo tempo em que respalda a ação da sociedade civil nos lugares em que as possibilidades de ação permanecem limitadas, juntamente com outros aliados na região, com o objetivo de fortalecer agendas anticorrupção e monitorar a aplicação efetiva das mesmas.

Criada em 1995 com a missão de constituir um espaço para o intercâmbio de experiências e apoio mútuo, para o desenvolvimento e a difusão de ferramentas anticorrupção e a promoção de agendas regionais, a rede da TILAC é hoje integrada por capítulos nacionais e capítulos nacionais em formação, bem como por contatos nacionais em catorze países latino-americanos.

Unindo essas forças, no ano passado conseguimos estabelecer temas prioritários para a luta contra a corrupção na região: contratações transparentes, transparência no financiamento político e monitoramento da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Em cada uma dessas três áreas, a TILAC se estabeleceu como referencial importante, proporcionando e incentivando a criação de conhecimento, ferramentas e agendas, multiplicando, dessa forma, o esforço de cada um de seus integrantes e de muitos aliados na região.

Com o trabalho crescente em torno de temas substantivos, torna-se cada vez mais importante erigir nossos esforços sobre bases analíticas sólidas e dimensionar e tornar visíveis os resultados e o impacto dos esforços empreendidos. Partindo dessa preocupação, fizeram-se avanços importantes na descrição e na avaliação de ferramentas, bem como no desenvolvimento de indicadores para a observação sistemática de Sistemas Nacionais de Integridade, ou de setores específicos dos mesmos. Adicionalmente à qualidade de nosso trabalho, nossa rede depende de uma boa comunicação. É nesse contexto que, a partir de um diagnóstico amplo, iniciamos o desenvolvimento de uma estratégia integral de comunicação regional que nos permita atingir de maneira mais eficiente nossos objetivos e envolver diferentes públicos da região na luta anticorrupção.

A experiência de trabalho em rede regional, que já existe há mais de sete anos, caracterizou-se por ser um processo de aprendizado e resolução de desafios. Sabemos hoje que a eficácia de nosso trabalho em rede depende de nossos objetivos e interesses comuns e da capacidade dos integrantes de nossa rede. O grau de diálogo, de intercâmbio de experiências e de cooperação horizontal que hoje vivemos na TILAC é um reflexo da confiança construída, bem como da consolidação de doze capítulos, e de capítulos em formação na região. Esse grau de progresso na consolidação da rede TILAC permite, por um lado, demonstrar a seus integrantes as vantagens de trabalhar desse modo e ressaltar seu potencial e suas possibilidades reais de inserção num esforço global. Por outro lado, a TILAC contribui, com sua experiência de trabalho e a colaboração entre os países, para o movimento internacional, sendo um aporte para o longo caminho da TI para a consolidação de uma rede internacional que seja dinâmica e vital, democrática e participativa, e que reúna forças para construir um mundo mais justo e menos corrupto.

Silke Pfeiffer
Diretora Regional

No ano passado a rede da TILAC focalizou três temas prioritários na luta contra a corrupção na região: contratações transparentes, transparência no financiamento político e acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Em cada uma dessas três áreas, a TILAC se estabeleceu como referencial importante, oferecendo e incentivando a produção de conhecimento, ferramentas e agendas para multiplicar o esforço de cada um de seus integrantes.



Projetos Regionais

Contratações Transparentes

Nos últimos anos tivemos ocasião de presenciar a consolidação da rede da TILAC em termos programáticos e institucionais.

Os **Pactos de Integridade** aplicados com êxito na Colômbia, na Argentina, no México e no Equador, as **audiências públicas** na Argentina, no Panamá e no Paraguai, a base de dados eletrônica **licitinet.com** no Equador, as **oficinas de ética** para funcionários públicos no Paraguai e na Colômbia, são exemplos das ferramentas inovadoras que os capítulos nacionais da região estão desenvolvendo e aplicando como forma de promover a transparência e a prestação de contas nas contratações do Estado. Baseado na alta prioridade de que desfruta o tema na agenda de quase todos os capítulos da TILAC, nossa rede se transformou num ponto de referência importante para fazer frente à corrupção nas compras públicas como forma de propiciar a satisfação adequada das necessidades dos cidadãos e de promover a ética pública e a responsabilidade empresarial. Muitas vezes o impacto dessas medidas se reflete claramente no valor do contrato: no caso de uma licitação para a modernização tecnológica do Banco Agrário, realizada na Colômbia no primeiro semestre de 2002, obteve-se uma adjudicação 30% abaixo do previsto (21 milhões de dólares em contraposição aos 30 milhões orçados) sem diminuir a qualidade do serviço contratado, graças, em parte, à aplicação de um Pacto de Integridade.

A ampla experiência dos capítulos e a dimensão da problemática nos levou, na TILAC, a complementar as atividades nacionais com uma ação concertada em nível regional, destinada a promover a melhoria global da integridade da contratação pública. Iniciado em março de 2001, o Projeto de Contratações Públicas Transparentes, nosso primeiro projeto regional, concentrou suas atividades na elaboração de mapas de risco em matéria de corrupção nos sistemas de compras públicas em nove países da América Latina, os quais foram representados num mapa de risco regional. Esse diagnóstico abrangente permitiu que se identificassem os maiores problemas relacionados com a contratação pública, entre outros a existência de sistemas de decisão e planejamento extremamente arbitrários, a falta de acesso à informação, a frágil institucionalidade e a falta de mecanismos de controle social.

A partir do mapa de risco regional, convocamos uma oficina que se realizou em janeiro de 2002, no Equador. Nessa oficina estabeleceram-se estratégias efetivas e coletivas destinadas a contribuir para a solução desse tipo de problema a partir da perspectiva da sociedade civil. Nesse sentido realizou-se, de um lado, a análise das debilidades que podem acometer as diferentes legislações nacionais quando se procura combater a corrupção nesse campo e, de outro, o fortalecimento das possibilidades para introduzir ferramentas e mecanismos de controle social para a vigilância das contratações públicas, com vistas a prevenir atos de corrupção.

Dentro desse contexto, o projeto regional incorpora outras iniciativas importantes. Uma delas é a discussão dos riscos de corrupção derivados das normas de aquisição das agências multilaterais de financiamento. Ao mesmo tempo, contempla a concepção de um instrumento que permita avaliar — no início, a meio caminho e no final do projeto — alguns indicadores que mostrem a evolução dos níveis de corrupção presentes na contratação pública. Essas iniciativas permitirão, ademais, que se meça o impacto que venha a ter o projeto regional, juntamente com outros esforços que se possam empreender simultaneamente, para contribuir para a mudança da situação de integridade na contratação pública na região.

Comunicação, vital para a transparência

No ano que passou, dedicamos atenção crescente, na TILAC, às atividades relacionadas com a comunicação. Com efeito, a tradução para o espanhol do Informe Anual de 2001, com a seção especial sobre nosso trabalho na América Latina e no Caribe, constituiu apenas o primeiro dos muitos produtos e iniciativas que perseguimos com entusiasmo e que receberam grande apoio. Com o objetivo de chegar a um público mais amplo na região, durante o ano que passou realizamos também a tradução e a adaptação do Source Book da TI para o espanhol e o português, e a tradução de seções importantes do Informe Global sobre a Corrupção 2001 para o espanhol.

Informar, mobilizar e estimular a participação de diferentes públicos em temas importantes para a luta contra a corrupção é o objetivo que perseguimos na área da comunicação. Isso nos dá condições de partilhar experiências e informações de maneira eficaz, por intermédio de uma ampla gama de meios. Para atingir nosso objetivo, dedicamo-nos, no ano que passou, ao desenvolvimento de uma estratégia comum de comunicação. O ponto de partida desse exercício foi a realização de um diagnóstico abrangente, que nos permitiu avaliar o enfoque de nossas comunicações, nossos materiais e capacitações, assim como os dos capítulos nacionais, e ao mesmo tempo incidiu sobre a estratégia global de comunicação da TI.

Além de fortalecer e profissionalizar as atividades de comunicação dos capítulos dentro da rede, nossa estratégia inclui a geração, adaptação e disseminação profissional e participativa das mensagens relevantes da TI e da TILAC para a região latino-americana. Nisso, o Departamento para a América Latina e Caribe da Secretaria da TI não é o único espaço em que se origina informação. Como a parte preponderante do conhecimento e da experiência se concentra nos capítulos nacionais, estes se transformarão em geradores de informação e dessa forma exercerão sua influência sobre a estratégia de comunicação regional.

É nosso compromisso continuar ajustando e aperfeiçoando nossas mensagens em nível nacional e regional, nos idiomas dos diferentes países. E, ao fazê-lo, prestar a devida consideração às características históricas, culturais, jurídicas e institucionais específicas de cada país, ao mesmo tempo em que lutamos para obter maior consistência em nossa língua e nossa imagem comuns.



A sociedade civil vigia o financiamento político

Hoje em dia os escândalos de corrupção existentes em quase todas as democracias determinaram que o financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais se tornasse um tema central na agenda dos sistemas políticos democráticos. Na América Latina somos tristes testemunhas de como as transações corruptas entre representantes eleitos e contribuidores privados podem deteriorar instituições democráticas, ocasionando o apresamento do Estado por interesses privados. Nesta última década muito se escreveu a respeito, particularmente com o objetivo de comparar os sistemas de financiamento político de diferentes regiões do mundo. Contudo, a análise das principais manifestações de corrupção no financiamento político, bem como das iniciativas práticas que a elas se opõem, foi merecedora de menos atenção.

O papel fiscalizador da sociedade civil na região assume um aspecto particularmente significativo quando se tem presente que na legislação relativa ao financiamento político, diferentemente da de outras áreas, representantes eleitos definem normas que incidem sobre suas próprias atividades e associações. Em muitos países, a participação das organizações da sociedade civil foi necessária e obteve êxito no esforço de promover reformas, prevenir a opacidade das decisões e neutralizar a mentalidade que procura obter privilégios com as novas leis sobre o financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais. Foi assim que a iniciativa no sentido de controlar os gastos eleitorais, efetuada pelo capítulo argentino da TI, o Poder Cidadão, em decorrência das últimas eleições, associada à atividade constante de pressão em torno do assunto, ocasionou uma reforma legal naquele país, com o objetivo de fixar limites para os gastos eleitorais, bem como para as doações privadas. Essa ferramenta de vigilância dos gastos foi implementada na Costa Rica, no Paraguai, no Peru e no Equador, e vem enriquecer o inventário de ferramentas contra a corrupção, juntamente com outras experiências inovadoras de capítulos da TILAC na área.

Diante desse panorama, e com a experiência específica dos capítulos da TILAC em matéria de controle da corrupção no financiamento político, a rede atribuiu prioridade ao tema como projeto regional. Em janeiro de 2002, a ação concertada teve início com um exercício de diagnóstico regional em dois níveis. Em primeiro lugar, foi estabelecido um perfil das normas, práticas e debates principais relacionados à corrupção no financiamento de partidos ou de campanhas eleitorais. Tendo em conta a complexidade do problema, esse diagnóstico pretende identificar instrumentos eficazes relacionados a problemas específicos que persistem nos diferentes países. Ao mesmo tempo, permite determinar áreas em que será preciso desenvolver ferramentas inovadoras e eficazes para fazer frente aos problemas. Finalmente, constituirá uma base importante para a definição de uma estratégia de cooperação regional em torno do tema — uma estratégia que inclua aliados estratégicos importantes como a Rede Acordo de Lima e o IDEA-LAC *(Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral — América Latina e Caribe).*

Fortalecimento da Convenção Interamericana contra a Corrupção

A Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos (OEA), é um instrumento jurídico chave no qual se estabelecem normas para sancionar e prevenir a corrupção, bem como para a cooperação jurídica transnacional. A Convenção oferece um quadro importante para o trabalho da TILAC, em seu esforço para favorecer governos transparentes, abertos e responsáveis no continente.

Em junho de 2001, a Assembléia Geral da OEA aprovou formalmente um mecanismo intergovernamental para o acompanhamento da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Nesse contexto, a primeira rodada de avaliações de Estados se concentrará no Artigo III, que contempla medidas preventivas, e avaliará o que diga respeito às regras que se referem aos conflitos de interesses e mecanismos para efetivá-las, à declaração de bens patrimoniais, aos órgãos de controle e à participação da sociedade civil. Também serão revistos o Artigo XIV, sobre cooperação técnica, e o Artigo XVII, sobre autoridades centrais.

A partir desse momento, os capítulos da TI em toda a América incrementarão seus esforços para desempenhar um papel significativo nesse processo de acompanhamento, mediante a criação de espaços para o debate e a discussão; mediante pressões constantes, em nível nacional e regional; e mediante a coleta de conhecimento especializado sobre o tema. Essa iniciativa regional ultrapassa a cooperação no interior da rede TILAC e inclui outras organizações da sociedade civil na região e outros capítulos nacionais das Américas, inclusive a TI-EUA e a TI Canadá.

Por ocasião da X Conferência Internacional contra a Corrupção realizada em Praga em 2001, a TILAC organizou uma oficina regional sobre o acompanhamento da Convenção, precedida por um foro eletrônico que cobriu toda a América Latina. Ficou evidente, nesse momento, a falta de conhecimento sobre o alcance da Convenção, bem como a ausência de vontade política para sua efetiva implementação. Devido a isso, a oficina se centrou no intercâmbio de experiências e de lições aprendidas de diferentes mecanismos de acompanhamento de tratados internacionais, tais como a Convenção Anticorrupção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

A partir de janeiro de 2002, o Comitê de Especialistas dos Estados Membros da OEA se dedica a definir as regras e procedimentos para o mecanismo de acompanhamento, processo para o qual os capítulos do continente americano estão contribuindo de forma ativa. As contribuições dos capítulos de toda a América incluem a geração de apoio entre delegações governamentais para a adoção de uma linguagem clara e séria, que permita a participação da sociedade civil em todas as etapas do acompanhamento, e a elaboração de uma série de recomendações para a OEA e o Comitê de Especialistas, destacando temas sem os quais seria impossível ocorrer um processo de acompanhamento efetivo e confiável.

Graças aos esforços contínuos, a TI foi convidada a participar do seminário de abertura da primeira reunião de Especialistas com o objetivo de destacar as lições aprendidas por nós no acompanhamento da Convenção da OCDE e em nossa experiência prévia no trabalho com a OEA, em assuntos relacionados com a Convenção.

Com o início das atividades do mecanismo de acompanhamento, os capítulos da TI em toda a América passaram a desenvolver uma estratégia integrada de acompanhamento paralelo, operante em nível regional, com atividades para fortalecer o funcionamento dos mecanismos de acompanhamento perante o Comitê de Especialistas e a OEA, entre outros, bem como em nível nacional, com atividades voltadas para a aplicação da Convenção no interior de cada país.

O desafio de dar continuidade à Convenção Interamericana contra a Corrupção reúne os esforços dos capítulos de todo o continente americano.





Capítulos Naci

A TILAC é composta por doze capítulos. A abundância de ferramentas e as atividades realizadas no decorrer do ano que passou demonstram a consolidação crescente do movimento, em termos programáticos e institucionais. A seguir, cada capítulo da TILAC descreve alguns de seus principais sucessos.

Argentina:

Este ano o Poder Cidadão (PC), capítulo argentino da TI, realizou diversas atividades no interior do país e também apoiou algumas organizações no exterior. Dentro da Argentina, o PC obteve importantes sucessos no acompanhamento cívico do Senado, no Conselho da Magistratura e na Suprema Corte de Justiça. Por exemplo, em resposta à ação empreendida pelo PC, depois de sete meses de acompanhamento das atividades do Senado, a Suprema Corte de Justiça emitiu uma resolução tornando obrigatório que todos os senadores tornem públicas as suas declarações de bens (ver p. 7).

Em resposta à crise econômica de janeiro de 2002, o PC apresentou uma carta ao presidente Duhalde apontando os aspectos que as novas autoridades nacionais deveriam contemplar para restabelecer o império da Lei e iniciar a reconstrução das instituições. O PC ressaltou a necessidade de uma reforma do Poder Judiciário, da ratificação de uma lei de Acesso à Informação e de uma reforma do sistema de financiamento político. Nesta última questão, o PC conseguiu apresentar um projeto de modificação de lei estabelecendo limites claros para as despesas eleitorais e, ainda, exigiu que os juízes apresentassem suas declarações patrimoniais juramentadas. No período, o PC também empreendeu uma campanha maciça de coleta de assinaturas para acabar com as aposentadorias especiais. Mediante essa iniciativa popular, foram coletadas mais de 500 mil assinaturas, que permitiram a entrada do projeto no Congresso Nacional, que finalmente eliminou os privilégios. É a primeira vez que um projeto apresentado pelos cidadãos é debatido pelos representantes.

Na Venezuela e na República Dominicana, o PC apoiou organizações locais em programas de gestão aberta e participativa em nível municipal, de contratações públicas transparentes e de financiamento de campanhas legislativas. No decorrer do ano, o PC também apoiou os países da Europa do Leste e da Ásia Central, especialmente Letônia e Ucrânia, na metodologia e implementação do monitoramento cidadão do financiamento das campanhas eleitorais. No quadro de suas atividades regionais e fazendo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, o PC empreendeu a realização de um programa de capacitação em ferramentas contra a corrupção por intermédio de campos virtuais. Entre os temas de capacitação encontram-se: o livre acesso à informação pública, contratações transparentes e financiamento político. O Secretário Executivo do PC, Christian Gruenberg, participou da coordenação da Fase I do projeto regional sobre financiamento político da TILAC, supervisionando o processo de coleta de experiências práticas no controle da corrupção no financiamento de partidos e campanhas eleitorais.



Brasil:

Em 2002 a Transparência Brasil (TBrasil) comemorou seu segundo aniversário. Foram várias as suas atividades. Durante as eleições presidenciais, parlamentares e estaduais no Brasil em outubro de 2002, o capítulo lançou a Campanha Voto Limpo, cujas principais mensagens foram "Não venda seu voto" e "Não vote em ladrões". Essas mensagens foram difundidas por intermédio de anúncios nos jornais de grande circulação, revistas semanais, televisão, rádio, painéis eletrônicos e mesmo balões.

Hoje a rede da TILAC é constituída por capítulos nacionais e capítulos em formação em doze países latino-americanos.

onais em Ação



Como parte da campanha, a TBrasil formulou um "Compromisso Anticorrupção" com diversas medidas concretas para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais. O "Compromisso" foi apresentado aos principais candidatos presidenciais e assinado por dois deles, José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva, que acabou sendo eleito presidente. Em dezembro de 2001, a TBrasil patrocinou um seminário para "Garantir a Transparência e a Prestação de Contas no Setor Público" juntamente com a OCDE e a OEA. No evento fizeram-se recomendações sobre o manejo dos conflitos de interesses, o acesso à informação e os processos participativos na criação de orçamentos no âmbito do contexto da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Essa Convenção foi finalmente ratificada em junho de 2002, depois de importantes esforços de pressão por parte da TBrasil. Também se publicou em português *Caminhos da Transparência*, uma adaptação para o contexto brasileiro do Livro de Referência da TI. O projeto reuniu os esforços de advogados, jornalistas, acadêmicos e especialistas do setor público, e contribuiu para que o capítulo fortalecesse sua posição como ponto de referência na luta contra a corrupção no país.

No quadro do projeto regional da TILAC sobre contratações transparentes, Cláudio Weber Abramo, Secretário Geral da TBrasil e membro do Conselho da TI, coordenou a primeira fase do projeto e participou de oficinas para a elaboração de mapas de risco de vários países da região, contribuindo assim para o tema com sua experiência e fomentando uma visão comum sobre o problema.

Uma das preocupações fundamentais da TBrasil é ganhar uma melhor compreensão sobre as práticas que caracterizam o fenômeno da corrupção. Uma das metodologias importantes para isso são levantamentos realizados junto a diferentes segmentos da população. Em 2002, no âmbito de uma parceria com a Kroll, a TBrasil realizou uma pesquisa em profundidade sobre fraude e corrupção entre empresas privadas, a qual recebeu intensa cobertura pela imprensa. A pesquisa será ampliada e aperfeiçoada em 2003.

Logo após as eleições de 2002, no âmbito de convênio de cooperação técnica com a UNACON, a TBrasil realizou sua segunda pesquisa com representatividade nacional sobre o fenômeno de compra de votos no país (a primeira foi feita em 2001), dando assim seqüência a uma série que se pretende repetir sistematicamente.

A Transparência Brasil tem sido ainda a única organização não-governamental brasileira representada no comitê de orientação do programa de Boa Governança da prefeitura de São Paulo, com apoio do Banco Mundial. Empregando recursos do Partnership for Transparency Fund da Transparência Internacional, representantes da TBrasil tiveram papel central na confecção do questionário de ampla pesquisa sobre corrupção no município, realizada em 2002 entre servidores públicos, usuários, e empresas (incluindo-se fornecedores). Coube à TBrasil elaborar o relatório dessa pesquisa, que representa o primeiro estudo aprofundado sobre a corrupção num município que é um dos maiores do mundo.

Chile:

A Corporação Chile Transparente sempre deu importância às atividades de difusão. Nesse sentido, esmerou-se para incluir o tema da probidade e da transparência na agenda pública e política do país. Como parte desse esforço, o capítulo participa regularmente de um programa de televisão e conta com uma coluna num jornal, onde o Presidente da Corporação analisa temas de interesse sobre a probidade, a ética e a transparência. No ano que passou, o lançamento do Índice de Percepções da Corrupção (IPC) 2002 foi feito por ocasião de um painel temático organizado pelo capítulo juntamente com as Câmaras de Comércio do Chile e dos Estados Unidos, a Universidade Adolfo Ibáñez e o Instituto Probidade, entre outros. Realizou-se igualmente a "Feira da Corrupção", que contou com postos informativos de diversas instituições, que distribuíram materiais, documentos e revistas aos participantes.

Com o apoio do Conselho de Auditoria Interna, a TI Chile organizou uma oficina para funcionários públicos sobre a recente Lei de Probidade, de que participaram trinta altos funcionários públicos de oito instâncias do Estado. O principal objetivo dessa atividade foi analisar alguns conteúdos da Lei e avaliar sua aplicação. Graças à metodologia participativa utilizada, identificaram-se pontos fracos e fortes da Lei e propuseram-se algumas melhoras.

A promoção da transparência na América Central

Comprometida com o combate à corrupção na América Central, a Transparência Internacional vem desenvolvendo, desde meados de 2001, uma iniciativa concreta para favorecer a colaboração com organizações locais da sociedade civil, particularmente em Honduras, El Salvador e Nicarágua. O programa teve início num momento crucial para a região, momento esse em que o tema da corrupção adquiriu preponderância na agenda pública: novos governos chegaram ao poder com plataformas contra a corrupção, ao mesmo tempo em que se apresenta uma consciência crescente e demanda social em prol de índices mais altos de transparência e de prestação de contas. Considerando-se a importância da participação da sociedade civil para que ocorra a passagem das palavras aos fatos, o programa da TI apóia as organizações locais para que possam ser atores e interlocutores fortes na luta anticorrupção em seus respectivos países.
O programa dá prioridade à ampliação do número de aliados da sociedade civil comprometidos no combate à corrupção, ao fortalecimento de capacidades para uma maior incidência e à geração de sinergias positivas entre organizações nacionais, e destas com o restante da região.

Como elemento de suporte analítico, a TI contará com um diagnóstico baseado na metodologia utilizada em nível mundial para avaliar o funcionamento do "Sistema Nacional de Integridade" nos três países mencionados. Neste exercício, a TI está colaborando com o "Projeto Estado da Região", centro de investigação regional reconhecido por seu renomado Informe Bianual sobre o Estado da Região. Esse informe parte da identificação de áreas vulneráveis, e permitirá que se abram espaços de discussão entre diferentes organizações da sociedade civil e outros setores sociais para identificar espaços e estratégias de ação coletiva. A TI apoiará a criação de redes amplas e plurais contra a corrupção nos três países mediante oficinas nacionais e regionais que ofereçam capacitação em ferramentas inovadoras para o controle cidadão da corrupção. Esse esforço, originado no ano passado, recebeu, para o período 2002-2003, um importante apoio do Programa da Dinamarca pró-Direitos Humanos para a América Central (Prodeca).

Um aspecto que vale a pena ressaltar, nessa iniciativa na América Central, é a idéia de manter uma relação sempre orientada para o desenvolvimento de atividades pontuais com organizações locais. Bom exemplo disso é o esforço no sentido de construir uma agenda mínima contra a corrupção na Nicarágua, em aliança estratégica com organizações da sociedade civil e setores reformistas do governo daquele país, ou a assessoria para a realização de uma pesquisa sobre o impacto da corrupção nas pequenas e médias empresas na Guatemala, em El Salvador, na Nicarágua e em Honduras (esta última iniciativa apoiada pela Agência Alemã para a Assistência Técnica, GTZ).

Entre as peculiaridades do modelo instrumentado pela TI na América Central está a de privilegiar o aproveitamento dos recursos estratégicos oferecidos pelo trabalho em rede. Ao longo das atividades fomentar-se-á a colaboração dos capítulos nacionais que fazem parte da TILAC, especialmente os daquela sub-região, para que repartam sua experiência e apoiem a geração de capacidades de organizações centro-americanas em conformidade com suas próprias fortalezas. Uma amostra do efeito positivo desse modo de operar verificou-se graças ao apoio inicial oferecido pelo capítulo mexicano, a Transparência Mexicana, que proporcionou assessoria técnica direta, agregando sua experiência de trabalho em projetos específicos à visão global da equipe da Secretaria.



Colômbia:

A Transparência pela Colômbia se consolidou como um importante ponto de referência nos trabalhos e discussões sobre integridade e corrupção no país. Desenvolvendo seu trabalho com o setor privado, o capítulo tratou de adequar a metodologia do Ethics Resource Center à realidade empresarial, e de implementar Programas Integrais de Ética, que contemplam a idealização e a adoção de compromissos éticos estabelecidos a partir de diagnósticos participativos do clima ético das empresas.

Por outro lado, o Observatório de Integridade do capítulo publicou os resultados do "Índice de Integridade das Entidades Públicas 2002" e do "Relatório Comparativo dos Poderes do Estado", um estudo realizado anteriormente envolvendo as mais importantes entidades públicas pertencentes ao executivo, ao legislativo, ao judicial e aos organismos de controle. A qualificação de cada entidade foi feita a partir de três fatores: a transparência, o controle/sanção e a eficiência/institucionalidade. O lançamento do Índice e do Relatório Comparativo foi amplamente divulgado pelos principais meios de comunicação.

Por ocasião das eleições legislativas e presidenciais de 2002, o capítulo desenvolveu, juntamente com os principais meios de comunicação, a campanha Votebien.com, destinada a promover o debate público sobre a corrupção, a integridade, a violência, a paz e o desemprego. Por intermédio de sua página na Internet, que recebeu 564.000 visitas, publicaram-se mais de cem artigos jornalísticos, 6.800 pessoas participaram de foros virtuais, foi feita a cobertura das jornadas eleitorais e os colombianos que vivem fora da Colômbia foram informados sobre o processo eleitoral.

Ao mesmo tempo, deu-se prosseguimento à implementação de Pactos de Integridade em grandes processos de contratação da administração pública central e de alguns departamentos e municípios. Entre julho de 2001 e julho de 2002 foram acompanhados 41 processos de contratação, envolvendo uma quantia superior a 568 milhões de dólares em recursos públicos. Em decorrência desses esforços, Transparência pela Colômbia foi convidada a trabalhar de forma mais estrutural em algumas entidades



Os capítulos da TI na América Latina apresentaram criatividade e capacidade singulares na experimentação de novas idéias e desenvolveram uma ampla gama de atividades anticorrupção.

públicas com as chamadas Ilhas de Integridade, para isolar ou proteger um processo, ou um conjunto de processos organizacionais inter-relacionados, de possíveis riscos de corrupção.

Finalmente, como parte do programa de intercâmbio entre os capítulos da TI, em 2002 a Transparência pela Colômbia recebeu convidados vindos da Guatemala, da Nicarágua, do Paquistão, do Peru e da Venezuela, além de acompanhar ativamente o trabalho de outros capítulos da região.

Costa Rica:

Durante o ano passado, a Transparência Internacional Costa Rica, capítulo da TI em formação, conseguiu consolidar um espaço importante na sociedade costa-riquenha por intermédio de seus projetos relacionados com a transparência eleitoral, a formulação de códigos de ética, o acompanhamento dos compromissos derivados da Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC), e o controle cidadão das contratações públicas.

Em decorrência do controle dos gastos eleitorais durante as eleições presidenciais realizadas em fevereiro/abril de 2002, efetuada pela TI Costa Rica entre agosto de 2001 e a data das eleições, a problemática do financiamento ilícito adquiriu preponderância na agenda dos meios de comunicação, gerando assim importantes espaços de incidência. Com base em um Acordo de Transparência com os candidatos à Presidência, a TI Costa Rica compilou, sistematizou e proporcionou informação consistente aos meios de informação e ao público em geral sobre as receitas e gastos dos partidos.

Com o objetivo de concentrar esforços na aprovação dos projetos de lei (a Lei contra o Enriquecimento Ilícito e a Lei de Administração Financeira e Orçamentos Públicos, projetos esses que foram aprovados pelo Congresso), a TI Costa Rica fez uma análise sobre a legislação relacionada à aplicação da CICC.

No quadro do projeto regional para contratações transparentes, elaborou-se um mapa de risco para as contratações de rodovias — como ferramenta preventiva do controle cidadão — que obteve aceitação geral. Do mesmo modo, foi elaborado um mapa de pontos críticos sobre a gestão judicial que está em vias de ser aplicado como ferramenta de controle da corrupção pelos usuários e funcionários judiciais.

A TI Costa Rica realizou um esforço notável de difusão para informar o público a respeito de seu trabalho. Por intermédio de palestras de capacitação e conferências de imprensa mensais, a TI Costa Rica conseguiu obter uma posição de relevância na discussão pública sobre a corrupção.

Equador:

No ano passado a Corporação Latino-americana para o Desenvolvimento (CLD), capítulo equatoriano da TI, conseguiu materializar propostas inovadoras nas seguintes áreas: a aplicação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC); a consolidação da luta contra a corrupção como política do Estado; e a institucionalização de mecanismos ótimos para prevenir, detectar e punir atos de corrupção. Para promover a genuína aplicação da Convenção Interamericana, da qual o Equador é um país signatário, o capítulo publicou o estudo "Obrigações derivadas da ratificação da Convenção Interamericana contra a Corrupção", que especifica as mudanças necessárias para que o país cumpra com as obrigações derivadas de sua adesão à mencionada Convenção.

Entre os mecanismos implementados pelo capítulo para promover o desenvolvimento e a adoção efetiva de ferramentas que permitam lutar contra a corrupção, cabe mencionar a criação da licitenet.com, um site que, mediante a publicação eletrônica, põe ao alcance dos cidadãos e da empresa privada informações sobre os processos estatais de contratação (ver p. 9).

Por outro lado, a CLD deu início a um processo de acompanhamento de dois leilões de bandas de telecomunicação que incluiu a assinatura de um Pacto de Integridade, bem como compromissos de transparência por parte dos funcionários. Esta é a primeira experiência do Equador nessa questão; graças a ela, assentaram-se as bases para futuros trabalhos.

Dentro do esforço empreendido pela TILAC para reformar regionalmente as contratações públicas, a CLD realizou uma "Oficina para o Desenvolvimento de um Mapa de Risco na Contratação Pública no Equador", graças à qual se detectaram e identificaram, mediante uma abordagem multi-setorial, os principais riscos associados ao setor. Posteriormente, a TI–Equador sediou a "Oficina Regional em Contratação Pública na América Latina", à qual compareceram representantes dos capítulos da Colômbia, da Argentina, do Brasil e do Equador, bem como do Departamento LAC da Secretaria da TI. A partir das observações recolhidas nos processos de discussão sobre Contratação Pública, a CLD formulou um estudo comparativo dos diferentes projetos de reforma legal existentes no Equador, procurando estabelecer um quadro definitivo que responda às necessidades identificadas.

Guatemala:

A Ação Cidadã, capítulo da TI em formação, continuou, no ano passado, com propostas e ações destinadas a fortalecer a transparência e a prestação de contas de instituições públicas fundamentais para a democracia, bem como a capacitar a sociedade civil na fiscalização das mesmas. Em março de 2002, a Ação Cidadã, em coalizão com diferentes atores públicos e privados, lançou uma campanha que permitiu tornar transparentes, ao longo de todo o ano de 2002, as eleições de funcionários públicos, oferecendo informação exaustiva sobre os candidatos a diferentes cargos, entre eles o de

Intercâmbios

Os capítulos nacionais e os grupos de contato continuam a beneficiar-se dos intercâmbios transnacionais. No decorrer do ano que passou observamos que quando o grupo visitante e o anfitrião planejam os intercâmbios em colaboração estreita, esses intercâmbios costumam ser extremamente proveitosos para os dois lados, ao mesmo tempo em que servem para fortalecer os vínculos regionais. Os intercâmbios se concentraram, no ano que passou, na possibilidade de adquirir experiência temática, em familiarizar-se com as ferramentas contra a corrupção, e em exercícios mais gerais relacionados com o desenvolvimento da organização.

Presenciamos a diferentes formas de intercâmbio. Representantes de capítulos ou grupos de contato visitaram um capítulo já estabelecido, motivados pelo desejo de conhecer em profundidade os programas temáticos do anfitrião e a configuração da organização, além de familiarizar-se ainda mais com o enfoque, as estratégias e as ferramentas da TI contra a corrupção. Em outras ocasiões, representantes de capítulos visitaram outro capítulo ou grupo de contato a fim de oferecer capacitação em algum tema específico.

Alguns dos intercâmbios no decorrer do ano passado foram:

* Separadamente, representantes do **Proética** (Peru), **Ética e Transparência** (Nicarágua) e **Mirador Democrático** (Venezuela) visitaram a **Transparência pela Colômbia** para travar conhecimento com o trabalho e as ferramentas desse capítulo, especialmente na área da contratação pública, e também para obter informações detalhadas quanto ao modelo organizacional da Transparência pela Colômbia.
* Uma representante da **Transparência pela Colômbia** visitou a **Transparência Paraguai** para oferecer apoio ao trabalho do capítulo na área das contratações no setor público.
* Um representante do **Poder Cidadão** (Argentina) visitou a **Participação Cidadã** (República Dominicana) para apoiar aquele grupo de contato no desenvolvimento da linha de trabalho da organização na área das contratações no setor público e para facilitar a realização de uma oficina sobre a participação da organização no Conselho Nacional Anticorrupção.
* Um representante da **Transparência Mexicana** visitou o **Proética** (Peru) para instruir aquele capítulo em formação acerca do desenvolvimento e da implementação de uma ampla pesquisa de opinião sobre a corrupção.
* Um representante da **Transparência Paraguai** visitou a **Transparência Mexicana** para conhecer a fundo o trabalho daquela organização na área das contratações públicas.

Ao mesmo tempo, a Secretaria da TI e os capítulos nacionais trabalharam estreitamente unidos para apoiar organizações civis em alguns países onde a TI não tem capítulos nacionais, a fim de oferecer-lhes os meios necessários para que se transformem em parceiros relevantes e competentes, em seus países, no campo da luta contra a corrupção. Essa combinação de experiência prática mostrou ser de especial utilidade no caso da América Central, onde a Transparência Mexicana e outros capítulos da América Central estão oferecendo apoio técnico aos novos grupos de contato em El Salvador, Honduras e Nicarágua. Outro exemplo é o da Venezuela, onde o Poder Cidadão (Argentina), o Proética (Peru), a Transparência pela Colômbia e o departamento da América Latina e do Caribe da Secretaria da TI estão oferecendo capacitação às organizações locais.

Na TILAC, orgulhamo-nos de poder facilitar os referidos intercâmbios, que são possíveis graças à generosidade de nossos capítulos. Estes estão permanentemente dispostos a partilhar seu tempo e seu conhecimento. Esse é o verdadeiro significado de uma rede.

Controlador de Contas da Nação, o de Procurador dos Direitos Humanos, o Fiscal Geral da República e o Procurador Geral da Nação. Ao mesmo tempo, apoiou diferentes organizações públicas para fortalecê-las em seus programas e esforços contra a corrupção. Por exemplo, realizaram-se seminários em nível nacional com funcionários destacados da Procuradoria de Direitos Humanos sobre aspectos da luta anticorrupção e o livre Acesso à Informação. Como apoio ao Ministério Público, realizou-se um diagnóstico sobre a Promotoria Anticorrupção, acompanhado de seminários com a sociedade civil e empregados da promotoria. Além disso, elaborou-se, juntamente com essas entidades, um manual para facilitar para os cidadãos o procedimento para fazer denúncias de corrupção e conhecer os delitos reconhecidos pelo sistema jurídico guatemalteco.

No dia 27 de junho de 2002, juntamente com doze organizações de diferentes setores, a Ação Cidadã lançou o Observatório Cidadão pelo livre Acesso à Informação. A esse Observatório caberá verificar o grau e a qualidade do acesso à informação oferecido por diferentes instituições públicas e privadas, e ao mesmo tempo promover uma legislação adequada para facilitar o exercício cidadão desse direito. Em 2002 a Ação Cidadã continuou realizando seu acompanhamento permanente das atividades do Congresso da República, ao mesmo tempo em que facultou mecanismos inovadores de fiscalização que irão melhorar a relação entre representantes e representados fora da área urbana. Graças a publicações de distribuição maciça incentivaram-se e facilitaram-se mecanismos de consulta das iniciativas e organizações relacionadas com a luta contra a corrupção.

México:

Durante o ano que passou, a Transparência Mexicana (TMexicana) obteve grandes progressos em distintos âmbitos. No segundo semestre de 2001, a TMexicana divulgou os resultados da primeira Pesquisa Nacional de Opinião sobre Corrupção e Bom Governo (ENCBG), na qual estão refletidas as opiniões e experiências de 14.000 lares no que diz respeito à corrupção. Os resultados apresentados em dois índices diferentes determinaram quais dos estados são percebidos como os mais corruptos e em que serviços públicos existe maior grau de corrupção (ver p. 11).

Em abril de 2002 realizou-se o encontro "O México contra a Corrupção", reunindo mais de 25 organizações que partilharam suas experiências na promoção de transparência e combate à corrupção. Como parte desse evento, o capítulo participou como jurado num concurso de ensaios sobre a transparência e a corrupção no país. A TMexicana também publicou o livro *Cómo nos Arreglamos* [Os jeitos que damos], de Germán Dehesa, que com lucidez orienta o cidadão sobre as manifestações da corrupção na vida privada.

Em agosto de 2002 a TMexicana lançou o *Manual Cidadão*, para fomentar a transparência e a controladoria cidadã dos programas sociais administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL). Mais de 350 organizações civis de todo o país capacitadas pela TMexicana participarão da verificação de denúncias relacionadas aos programas em questão. O *Manual Cidadão* foi apresentado ao público pelo presidente Vicente Fox e pelos diretores da SEDESOL. Essa publicação oferece informações específicas sobre a forma como devem funcionar os programas sociais federais segundo as normas elaboradas pelo governo central, e facilita o trabalho das organizações civis no que diz respeito a supervisionar e acompanhar o funcionamento correto dos programas sociais.

No que se refere a seu apoio constante à rede TILAC , o capítulo mexicano organizou a oficina regional "Grupo de Monitoramento da Convenção Interamericana contra a Corrupção", na qual foi elaborada uma estratégia integrada para o acompanhamento da Convenção por parte da sociedade civil, e emprestou apoio técnico ao Secretariado da TI em suas missões na América Central. Finalmente, cabe destacar que em 2002 iniciaram-se entendimentos voltados para a constituição de seções estatais da TI em Yucatán, Nuevo León, Jalisco e Chihuahua.

Panamá:

No decorrer de 2002, o capítulo panamenho da TI conseguiu atingir metas muito almejadas. Por um lado, concluiu com êxito o trabalho iniciado em 2000, visando a apresentar um projeto de Lei que permitisse o acesso público à informação. Durante dois anos, a TI-Panamá empreendeu uma campanha sistemática, com o apoio dos meios de comunicação, que produziu seus frutos em setembro de 2001, quando o novo Presidente da Assembléia Legislativa pediu ao capítulo que lhe entregasse o anteprojeto. Depois de três meses de discussão, o mesmo foi aprovado e sancionado no dia 22 de janeiro de 2002 como a Lei 6, "Que dita Normas para a Transparência na Gestão Pública, estabelece a Ação de Habeas Data e outras disposições". A sanção dessa Lei motivou um anúncio, com o apoio financeiro da Fundação Ford, que foi transmitido por todos os canais e emissoras radiofônicas do país.

No quadro do projeto regional da TILAC para propiciar contratações transparentes, cabe mencionar a Oficina para estabelecer o Mapa de Risco do Processo de Contratações Públicas do Panamá, realizada no fim de 2001, e que contou com a moderação de Martha Tamayo, da Transparência pela Colômbia, e com um grupo significativo de especialistas no tema: advogados, provedores e funcionários públicos.

Em janeiro de 2002, a TI–Panamá ajudou a criar o Movimento Cidadão Anticorrupção (MCA), cuja primeira atividade foi organizar uma corrente humana na avenida Balboa daquela cidade capital (ver p. 3). O MCA reúne os esforços de diversas organizações, numa coalizão para obter um maior impacto com suas ações contra a corrupção. Essa coalizão também conseguiu estabelecer uma aliança com vários meios de comunicação importantes para transmitir, na última quarta-feira de cada mês, um programa intitulado "Cabildo Aberto", para tratar de temas relacionados à prevenção da corrupção.

Paraguai:

No ano que passou, a Transparência Paraguai continuou trabalhando no fortalecimento da transparência na gestão pública, particularmente na área das contratações. Em junho de 2001 assinou um convênio de cooperação com o Banco Central para acompanhar as áreas de aquisição do Banco. Essa foi a primeira ocasião em que uma organização não-governamental se envolveu ativamente com o Banco Central do Paraguai. Em janeiro de 2002 foi estabelecido o primeiro acordo formal em nível municipal, com o município de Coronel Oviedo, para acompanhar as contratações de bens e serviços da prefeitura e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. O programa inclui oficinas para funcionários, com o objetivo de identificar riscos de corrupção na administração municipal e ao mesmo tempo aprofundar normas e procedimentos relacionados à contratação pública. Em fevereiro de 2002 foi concretizado um convênio de cooperação semelhante ao que atualmente se desenvolve no município de Coronel Oviedo com a Faculdade de Medicina da Universidade Nacional, com o objetivo de acompanhar as contratações do Hospital. Uma das atividades que deram destaque à TI-Paraguai no ano passado foi a tira de quadrinhos "Isabella: história de um fantasma", que trata de temas envolvendo ética e corrupção. Publicada semanalmente em quatro jornais, a historieta teve tanto êxito que se decidiu ampliar o projeto e lançar um programa de rádio a partir da série cômica. Além disso, "Isabella" serve de guia para docentes na matéria de Ética, mediante um acordo com a organização não-governamental Sumando [Somando].

No município de Assunção, a Transparência Paraguai realizou o primeiro controle de gastos eleitorais da história política do país. O controle se apoiou numa ferramenta desenvolvida pelo Poder Cidadão, capítulo da TI na Argentina, e consistiu em identificar os gastos em que incorreram os candidatos em doze estações de rádio, jornais e cadeias de televisão. Além disso, solicitaram-se declarações patrimoniais dos candidatos e de seus partidos.

Finalmente, cabe mencionar que a TI-Paraguai contratou os serviços profissionais de uma jornalista para proporcionar, em todos os momentos, informações e notícias sobre o trabalho do capítulo aos meios de comunicação.



Os capítulos nacionais se dedicam a conscientizar a população sobre os danos ocasionados pela corrupção e a identificar métodos construtivos para reformar os sistemas legais e políticos nacionais e a contribuir para que esses métodos se desenvolvam.

Peru:

Em seu primeiro ano de existência, o Consórcio Nacional para a Ética Pública (Proética), capítulo da TI em formação, conseguiu destacar-se como referencial importante nas manifestações contra a corrupção no Peru. O Consórcio se lançou em julho de 2001, organizando a "I Conferência Nacional Anticorrupção ". Em abril de 2002 foi lançado um livro com os documentos dessa reunião, durante a apresentação pública de uma série de iniciativas. Entre elas, destacam-se atividades nas áreas de promoção do acesso à informação e de transparência nas contratações do Estado. A esse respeito, foi inaugurada o Escritório de Acesso à Informação Pública (OACI), como iniciativa conjunta do Instituto Imprensa e Sociedade (IPYS) e do Proética, para desenvolver políticas de acesso à informação e litigar com o Estado representando a sociedade civil. Em setembro de 2002, a OACI realizou uma conferência regional sobre acesso à informação e começou a capacitar funcionários públicos. Em matéria de aquisições do Estado, o Proética realizou uma controladoria cidadã da licitação pública levada a cabo pelo Ministério do Interior para o fornecimento de uniformes para a Polícia Nacional do Peru e do processo de contratação de dezenove funcionários para o Ministério de Promoção da Mulher e do Desenvolvimento Humano. Também acompanhou os

processos de contratação levados a cabo pela Municipalidade de Barranco para a melhoria do estádio esportivo José Gálvez Chipoco.

Além de suas quatro organizações fundadoras — o Instituto Imprensa e Sociedade (IPYS), a Comissão Andina de Juristas (CAJ), a Associação de Exportadores e a Associação Civil Transparência —, o Proética conta com um Conselho de Ética Pública que convoca 36 personalidades amplamente reconhecidas por sua trajetória profissional e prestígio pessoal. Em agosto de 2002, o Conselho solicitou ao governo, por intermédio de um comunicado público, uma reforma integral, que permita lutar conta corrupção.

Uruguai:

Além de prosseguir com suas atividades na recepção, análise e acompanhamento de denúncias contra a corrupção, durante este último ano a Uruguai Transparente levou a cabo dois seminários importantes. O primeiro, intitulado "Controle de práticas abusivas no novo milênio", teve lugar no fim de outubro de 2001 e foi organizado juntamente com a Associação de Magistrados e a Fundação Konrad Adenauer. O segundo, organizado em colaboração com a Associação de Magistrados e a Embaixada da Suíça, recebeu o nome de "Direitos Humanos e Corrupção" e aconteceu em meados de abril de 2002. No ano passado, a Uruguai Transparente também procurou o modo de promover melhores alianças com outras organizações da sociedade civil, com a finalidade de formar uma Coalizão Nacional contra a Corrupção.

Nossa Equipe



O ano de 2002 testemunhou várias mudanças no Departamento da América Latina e do Caribe da Secretaria (Dep. LAC), sede da coordenação da TILAC. Despedimo-nos de dois colegas que nos acompanharam por muitos anos, Karen Hussmann e Sandra Pabón, que até maio coordenaram as tarefas da TILAC a partir do Escritório Regional, em Santiago do Chile. Agradecemos a ambas sua dedicação para a consolidação da rede regional. Estamos felizes por Karen ter ficado conosco alguns meses mais, para trabalhar em período parcial na coordenação do projeto regional da OEA.

Gostaríamos ainda de reconhecer as contribuições de Gustavo Rayo, ex-diretor do Departamento LAC, que se despediu da TI em janeiro de 2002.

Com a partida de Karen e Sandra e com o consenso do capítulos da TILAC, o Escritório Regional de Santiago foi fechado; agora as responsabilidades relativas à coordenação da TILAC estão totalmente a cargo do Departamento LAC da Secretaria da TI em Berlim. Enquanto na primeira metade de 2002 o grupo LAC ficou com lacunas de pessoal, este foi posteriormente reforçado, sendo formado atualmente por uma equipe de quatro pessoas:

Silke Pfeiffer, Diretora Regional (Alemanha)

Silke se uniu à TI em junho de 1999. Como Diretora Regional, tem responsabilidades de gestão e supervisão dos diversos elementos de nosso programa de trabalho, inclusive quanto à administração financeira. No decorrer do ano passado, prestou especial atenção à iniciativa da América Central e aos projetos regionais. Adicionalmente, Silke apóia os capítulos nacionais da América do Sul.

Jessica Berns, Gerente de Programas (Estados Unidos)

Jessica está na TI desde agosto de 2000. Coordena nosso programa de comunicação e a produção do Kit de Ferramentas Anticorrupção.

Margaret Cruz, Assistente de Programas (México/Estados Unidos)

A TI deu as boas-vindas a Margaret em junho de 2002. Ela apóia os esforços da equipe LAC e em particular o programa de comunicação.

Alejandro Salas, Gerente de Programas (México)

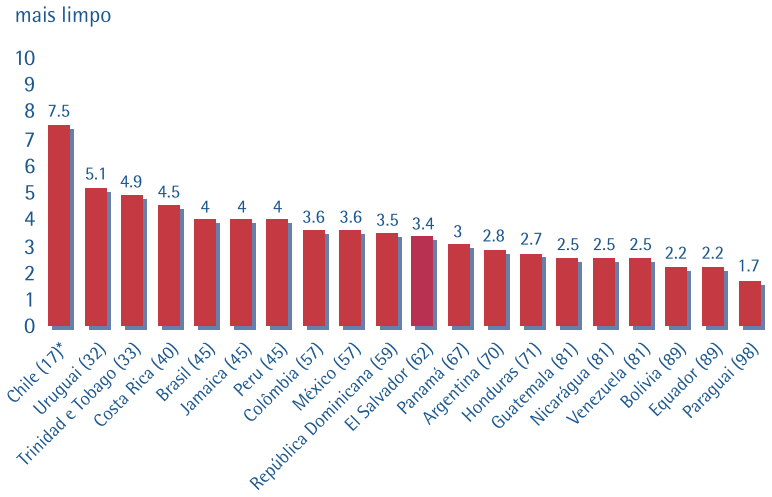
Alejandro se uniu à TI em setembro de 2002. Suas responsabilidades incluem a coordenação do Programa da América Central e o apoio aos capítulos nacionais na América Central e no Caribe.

Também gostaríamos de agradecer publicamente aos colaboradores temporários que apoiaram consideravelmente nosso trabalho durante o ano passado:

Christiane Backe (Alemanha)
Ana Garcia (Brasil)
Diana Labschies (Alemanha/El Salvador)
Till Skrobek (Alemanha)

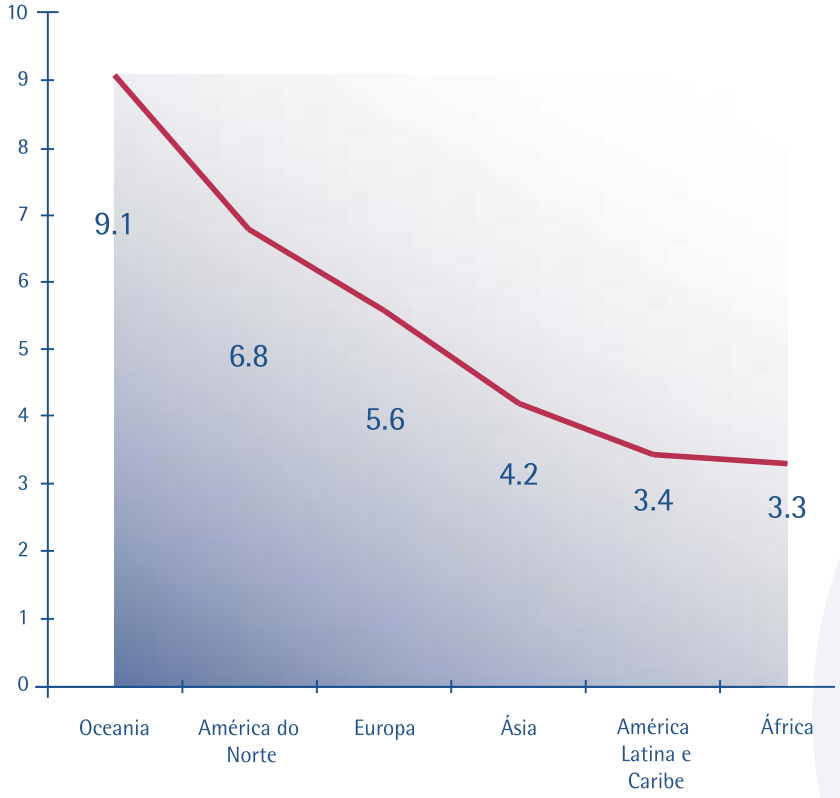
Índice de Percepções de Corrupção 2002 América Latina e Caribe

Pontuação por País



* Os números entre parênteses são a classificação global.

Pontuação por Região Mundial



Nota: Sem a alta pontuação do Chile, a média da América Latina e do Caribe desceria a 3.2 (o continente percebido como o mais corrupto do mundo).

Reconhecido internacionalmente, o Índice de Percepções de Corrupção (IPC) da TI continua a ser publicado anualmente. A edição de 2002 dessa "pesquisa das pesquisas" inclui 102 países, o maior número pesquisado até agora. O IPC, que mostra os níveis de corrupção no setor público do ponto de vista de empresários, analistas e cidadãos comuns, continua apontando níveis alarmantes de corrupção na maioria dos países incluídos. Entre esses países estão muitas das nações mais pobres do mundo.

TI 2002 Índice de Percepções de Corrupção

Classificação	País	Pontuação	Pesquisas Utilizadas	Desvio Padrão
1	Finlândia	9,7	8	0,4
2	Dinamarca	9,5	8	0,3
	Nova Zelândia	9,5	8	0,2
4	Islândia	9,4	6	0,4
5	Cingapura	9,3	13	0,2
	Suécia	9,3	10	0,2
7	Canadá	9,0	10	0,2
	Luxemburgo	9,0	5	0,5
	Holanda	9,0	9	0,3
10	Grã-Bretanha	8,7	11	0,5
11	Austrália	8,6	11	1,0
12	Noruega	8,5	8	0,9
	Suíça	8,5	9	0,9
14	Hong Kong	8,2	11	0,8
15	Áustria	7,8	8	0,5
16	Estados Unidos	7,7	12	0,8
17	Chile	7,5	10	0,9
18	Alemanha	7,3	10	1,0
	Israel	7,3	9	0,9
20	Bélgica	7,1	8	0,9
	Japão	7,1	12	0,9
	Espanha	7,1	10	1,0
23	Irlanda	6,9	8	0,9
24	Botsuana	6,4	5	1,5
25	França	6,3	10	0,9
	Portugal	6,3	9	1,0
27	Eslovênia	6,0	9	1,4
28	Namíbia	5,7	5	2,2
29	Estônia	5,6	8	0,6
	Taiwan	5,6	12	0,8
31	Itália	5,2	11	1,1
32	Uruguai	5,1	5	0,7
33	Hungria	4,9	11	0,5
	Malásia	4,9	11	0,6
	Trinidad e Tobago	4,9	4	1,5
36	Bielorrúsia	4,8	3	1,3
	Lituânia	4,8	7	1,9
	África do Sul	4,8	11	0,5
	Tunísia	4,8	5	0,8
40	Costa Rica	4,5	6	0,9
	Jordânia	4,5	5	0,7
	Ilhas Maurício	4,5	6	0,8
	Coréia do Sul	4,5	12	1,3
44	Grécia	4,2	8	0,7
45	Brasil	4,0	10	0,4
	Bulgária	4,0	7	0,9
	Jamaica	4,0	3	0,4
	Peru	4,0	7	0,6
	Polônia	4,0	11	1,1
50	Gana	3,9	4	1,4
51	Croácia	3,8	4	0,2
52	República Tcheca	3,7	10	0,8
	Letônia	3,7	4	0,2
	Marrocos	3,7	4	1,8
	Rep. Eslovaca	3,7	8	0,6
	Sri Lanka	3,7	4	0,4
57	Colômbia	3,6	10	0,7
	México	3,6	10	0,6
59	China	3,5	11	1,0
	Rep. Dominicana	3,5	4	0,4
	Etiópia	3,5	3	0,5
62	Egito	3,4	7	1,3
	El Salvador	3,4	6	0,8
64	Tailândia	3,2	11	0,7
	Turquia	3,2	10	0,9
66	Senegal	3,1	4	1,7
67	Panamá	3,0	5	0,8
68	Malavi	2,9	4	0,9
	Uzbequistão	2,9	4	1,0
70	Argentina	2,8	10	0,6
71	Costa do Marfim	2,7	4	0,8
	Honduras	2,7	5	0,6
	Índia	2,7	12	0,4
	Rússia	2,7	12	1,0
	Tanzânia	2,7	4	0,7
	Zimbábue	2,7	6	0,5
77	Paquistão	2,6	3	1,2
	Filipinas	2,6	11	0,6
	Romênia	2,6	7	0,8
	Zâmbia	2,6	4	0,5
81	Albânia	2,5	3	0,8
	Guatemala	2,5	6	0,6
	Nicarágua	2,5	5	0,7
	Venezuela	2,5	10	0,5
85	Geórgia	2,4	3	0,7
	Ucrânia	2,4	6	0,7
	Vietnã	2,4	7	0,8
88	Casaquistão	2,3	4	1,1
89	Bolívia	2,2	6	0,4
	Rep. de Camarões	2,2	4	0,7
	Equador	2,2	7	0,3
	Haiti	2,2	3	1,7
93	Moldávia	2,1	4	0,6
	Uganda	2,1	4	0,3
95	Azerbaijão	2,0	4	0,3
96	Indonésia	1,9	12	0,6
	Quênia	1,9	5	0,3
98	Angola	1,7	3	0,2
	Madagascar	1,7	3	0,7
	Paraguai	1,7	3	0,2
101	Nigéria	1,6	6	0,6
102	Bangladesh	1,2	5	0,7

"As elites políticas corruptas dos países em desenvolvimento, trabalhando lado a lado com empresários e investidores inescrupulosos, estão colocando seus lucros acima do bem-estar dos cidadãos e do desenvolvimento do país."

Peter Eigen, Presidente do Conselho da Transparência Internacional

Para complementar o Índice de Percepções de Corrupção de 2002, a TI produziu o Índice de Países Corruptores (IPC), que mostra qual a propensão que empresas que estão entre as maiores exportadoras do mundo têm de pagar subornos aos países para onde exportam seus produtos. Muitos dos países corruptores mais importantes são signatários da Convenção de Combate ao Suborno da OCDE. O IPC também inclui uma classificação dos níveis de corrupção segundo o setor empresarial.

TI 2002 Índice de Países Corruptores

Classificação de países

Cerca de oitocentos especialistas da área empresarial em quinze dos mais importantes países de mercado emergente responderam às seguintes perguntas:

Nos setores empresariais com os quais você está mais familiarizado, por favor indique qual a probabilidade que as empresas dos países a seguir têm de pagarem ou oferecerem subornos para ganhar ou manter seus negócios no país.

Classificação	País	Pontuação
1	Austrália	8,5
2	Suécia	8,4
	Suíça	8,4
4	Áustria	8,2
5	Canadá	8,1
6	Holanda	7,8
	Bélgica	7,8
8	Grã-Bretanha	6,9
9	Cingapura	6,3
	Alemanha	6,3
11	Espanha	5,8
12	França	5,5
13	Estados Unidos	5,3
	Japão	5,3
15	Malásia	4,3
	Hong Kong	4,3
17	Itália	4,1
18	Coréia do Sul	3,9
19	Taiwan	3,8
20	República Popular da China	3,5
21	Rússia	3,2
22	Empresas nacionais	1,9

A pontuação perfeita, indicando propensão zero para pagar subornos, é 10 e, portanto, a classificação começa com empresas de países com pouca propensão a pagar suborno em países estrangeiros.

Os resultados completos do Índice de Percepções de Corrupção e o Índice de Países Corruptores estão disponíveis em **www.transparency.org**

Classificação por setor empresarial

Qual é a probabilidade de as autoridades públicas nesse país (país de residência do entrevistado) exigirem ou aceitarem subornos, por exemplo, em licitações públicas, regulamentações e licenças nos seguintes setores empresariais?

Setor empresarial	Pontuação
Obras públicas/construção civil	1,3
Armas e defesa	1,9
Petróleo e gás natural	2,7
Imóveis/propriedades	3,5
Telecomunicações	3,7
Geração e transmissão de energia	3,7
Mineração	4,0
Transporte/armazenagem	4,3
Produtos farmacêuticos/assistência médica	4,3
Indústria pesada	4,5
Bancos e finanças	4,7
Aviação civil	4,9
Silvicultura	5,1
Tecnologia da informação	5,1
Pesca	5,9
Indústria leve	5,9
Agricultura	5,9

Os resultados são a média de todas as respostas numa base de 0 a 10, onde zero representa níveis de corrupção bem altos e 10 corresponde a níveis de corrupção extremamente baixos.

"O Índice de Países Corruptores mostra que os casos mais flagrantes de corrupção encontram-se nas obras públicas, construção civil e nos setores de armamento e defesa, que estão infestados de suborno, pagos por empresas estrangeiras."

Kamal Hossain, Presidente do Conselho Deliberativo da TI

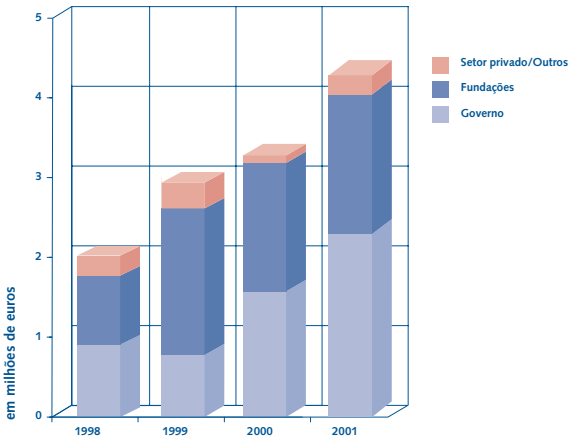
Dados Financeiros 2001

Secretariado da TI
Balanço anual de rendimentos e despesas
Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2001
(em milhares de euros)

Rendimentos

	2000		2001	
Instituições governamentais		1 723		2 652
Verbas para projetos	937		1 797	
Fundações		1 724		1 693
Verbas para projetos	1 025		1 283	
Setor privado		95		139
Projetos especiais (IACC)		155		477
Outros		120		149
Déficit – retirado das reservas		258		111
Rendimento total		**4 075**		**5 221**

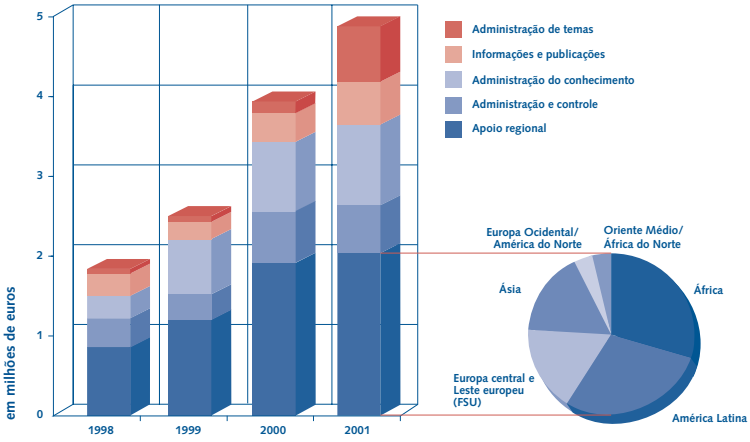
De onde vem o dinheiro



Despesas

	2000		2001	
Apoio regional				
América Latina e Caribe (ALC)	565		665	
África	659		606	
Ásia	268		389	
Europa central e Leste europeu (FSU)	397		378	
Oriente Médio/África do Norte	89		89	
Europa ocidental/América do Norte	102	2 080	68	2 195
Informações e publicações		335		960
Administração do conhecimento		712		646
Projetos especiais (IACC)		70		574
Administração de temas		211		232
Administração e controle		667		614
Total de despesas		**4 075**		**5 221**

Para onde o dinheiro vai



A Transparência Internacional (TI) é uma associação sem fins lucrativos registrada em Berlim, Alemanha. Em cumprimento à licença de funcionamento, a TI serve apenas a propósitos de benemerência e é isenta de impostos. Todas as contas, após auditoria realizada pelo BDO Deutsche Warentreuhand, estão disponíveis no site da TI. Esses balanços financeiros foram calculados com base cumulativa.

Doações 2001

Queremos expressar nossos sinceros agradecimentos aos parceiros abaixo, cujo apoio ao Secretariado da Transparência Internacional tornou nosso trabalho possível.

(Doações acima de 1000 euros)



Fundação Volkart Vision
Ministério de Relações Exteriores, Países Baixos
Open Society Institute
Department for International Development [Departamento para Desenvolvimento Internacional], Grã-Bretanha
U.S. Agency for International Development (USAID) [Agência Americana para Desenvolvimento Internacional]
Canadian International Development Agency (CIDA) [Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional]
Norwegian Agency for International Development (NORAD) [Agência Norueguesa para Desenvolvimento Internacional]
Fundação Ford
Fundação John D. e Catherine T. MacArthur
Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (BMZ), Alemanha
Swedish Agency for Development Cooperation (SIDA) [Agência Sueca para Cooperação e Desenvolvimento]
Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)
Ministério de Relações Exteriores da Finlândia
Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca
Swiss Agency for Development and Co-operation [Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação] (SDC)
General Electric Corporate, Estados Unidos
Australian Agency for International Development (AusAID) [Agência Australiana para Desenvolvimento Internacional]
Tinker Foundation, Inc.
The Economist
Fundação Max Schmidheiny
Deutscher Entwicklungsdienst (DED)
Banco Mundial (IBRD)
Société Générale de Surveillance, S.A.
Barclays Private Banking
Robert Bosch Stiftung
Transparência Internacional – Capítulo da Alemanha
Banco Santander
ABN Amro Bank
Union Bank of Switzerland (UBS)
Chase Manhattan Bank
Crédit Suisse
Fundação Ásia
AVINA Group
Transparência Internacional Austrália
Deutscher Anwaltsverein
Gabinete do Prefeito de Seul





Capítulos Nacionais

África do Sul ■
Transparency South Africa
Sr. Daryl Balia
7th Floor (West Wing)
Auckland House, 185 Smit St,
Joanesburgo 2001
tel. 27 11 339 7253
fax 27 11 403 4332
e-mail tisa@wn.apc.org
web www.tisa.org.za

Alemanha ■
TI Deutschland
Belfortstr. 3, 81667 Munique
Prof. Dieter Biallas Presidente
Dr. Ute Bartels Diretora-Executiva
tel. +49 89 4895 4440
fax +49 89 4895 4442
e-mail office@transparency.de
web www.transparency.de

Argélia ○
Association Algérienne de Lute contre la Corruption
Centre Familial de Ben Aknoun
Alger 16
e-mail aaccalgerie@yahoo.fr

Argentina ■
Poder Ciudadano
Sr. Luis Moreno Ocampo
Presidente TILAC
Sr. Christian Gruenberg
Secretário-Executivo
Piedras 547 "2"
Buenos Aires 1070AAJ,
Argentina
tel./fax +54 11 4331 4925
e-mail fundacion@
poderciudadano.org.ar
lmo@mocampo.com.ar
chris@poderciudadano.org.ar
web
www.poderciudadano.org.ar

Arménia ■
Sra. Amalia Kostanyan
Sra. Arevik Saribelkyan
CRD/TI Armenia
5 Nalbandyan Str., Room 35
Yerevan 375010
Arménia
tel./fax +374 1 585 578
e-mail crd_ti@cornet.am
arevik@cornet.am
amalia@cornet.am

Austrália ■
Sra. Isabel Blackett Presidente
Transparency International – Australia
PO Box 41, Blackburn South
VIC 3130, Austrália
tel./fax +61 3 9890 0503
e-mail
tioz@transparency.org.au
web www.transparency.org.au

Áustria
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Azerbaijão ■
Rena Safaralieva Diretora-Executiva
Sabit Bagirov
Entrepreneurship Development Foundation
R. Behbudov St. 3
Baku 370 000 Azerbaijão
tel. +994 12 930964
fax +994 12 931438
e-mail rsafaral@azeurotel.com
transpaz@azeronline.com

Bahrein ○
Bahrain Transparency Society (BTS)
Dr. Jasim Al-Ajmi
PO Box 30174, Duraz
e-mail jasimalajmi@yahoo.com

Bangladesh ■
Sr. Manzoor Hasan
Transparency International – Bangladesh
121/C Gulshan Avenue
(3rd floor)
Gulshan, Dhaka – 1212
tel./fax +880 2 988 4811
e-mail info@ti-bangladesh.org
web www.ti-bangladesh.org

Bélgica ■
Barão Jean Godeaux Presidente
Transparency International
Brussels 39, Square Vergote
1030 Bruxelas
tel. +32 2 735 6558
fax +32 2 732 9026
e-mail TI.Brussels@skynet.be

Benim ■
Sr. Roger Gbegnonvi
Transparency International – Benim
02 BP 1454 Cotonou
tel. +229 308 038
+229 308 039
+229 308 040
fax +229 308 039
e-mail tibenin@intnet.bj

Bolívia
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Bósnia & Herzegovina ◩
TI Bosnia i Hercegovina
Boris Divjak Presidente
Danijela Vidovic
Gerente-Executivo
Dragise Vasica 1a
51000 Banja Luka
Bósnia & Herzegovina
tel./fax +387 51 303 783
e-mail info@ti-bih.org
web www.ti-bih.org

Botsuana ◩
Transparency International Botswana (TIBOT)
UNI-Span Building
Lot 54, Gaborone International Commerce Park
Gaborone
tel. +267 319 673
fax +267 319 745
e-mail tibot@info.bw

Brasil ■
Transparência Brasil
Eduardo Capobianco Presidente
Cláudio Weber Abramo
Secretário-Executivo
Rua Francisco Leitão 339, cj. 122
05414-025 São Paulo (SP)
Brasil
tel./fax +55 11 3062 3436
+55 11 3062 3475
e-mail eduardocapobianco@construcap.com.br
cwabramo@uol.com.br
web www.transparencia.org.br

Bulgária ■
Transparency International – Bulgaria
Dr. Ognyan Minchev Presidente
Ventsislav Karadjov Diretor-Executivo
3 Bistriza Str., 4 floor
Sofia 1000
tel. +359 2 986 34 11
+359 2 986 79 20
fax +359 2 986 78 34
e-mail mbox@
transparency-bg.org
web www.transparency-bg.org

Burkina Fasso ○
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Burundi ○
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Camarões ◩
Akere T. Muna Presidente
Cameroon Bar Association
BP 307, Yaounde
tel. +237 23 55 74
fax +237 22 66 85
e-mail ticameroon@yahoo.fr

Cambodja ◩
Center for Social Development
Chea Vannath Presidente
PO Box 1346, Phnom Penh
tel. +855 1683 1905
e-mail csd@bigpond.com.kh
web
www.bigpond.com.kh/users/csd

Canadá ■
Transparency International Canada
Wes Cragg Presidente
Bronwyn Best Coordenador Nacional
c/o Business Ethics Office
Room 200F, SSB York University, 4700 Keele Street
Toronto, Ontário M3J 1P3
tel. +1 416 488 3939
fax +1 416 483 5128
e-mail ti-can@transparency.ca
web www.transparency.ca

Casaquistão ■
Transparency Kazakhstan
Sergey Zlotnikov Diretor-Presidente
Civic Foundation "Interlegal"
Sofia Issenova Subdiretora
Vitaly Voronov Presidente
83 Gagarin avenue, office 13
480009 Almaty
tel./fax +7 3272 775 150
e-mail
transparency.kz@nursat.kz
legal@lic.almaty.kz
web
www.transparencykazakhstan.org

Chile ■
Sr. Luis Bates Hidalgo
Diretor-Executivo
Sebastián Cox Secretário-Executivo
Andrea Fernandez
Coordenadora FORJA
Calle Ernesto Reyes 065
Providencia Santiago de Chile
tel. +56 2 777 6196
fax +56 2 735 4845
e-mail tichi02@123.cl
web www.tichi.cl

Cingapura
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Colômbia ■
Transparencia por Colombia
Rosa Ines Ospina Diretora-Executiva
Calle 92 No. 16-30, Piso 5
Bogotá D.C.
tel. +57 1 622 6562
fax +57 1 531 1114
e-mail
transparencia@cable.net.co
web www.
transparenciacolombia.org.co

Coréia do Sul ■
Bispo Kim, Seong-Soo
Presidente da Diretoria
Reverendo Kim, Geo-Sung
Secretário-Geral
TI – Korea (South)
Suite 508, Korean Ecumenical Bldg.,
Yonji-Dong, Chongno-Ku,
Seul, 100-740
tel. +82 2 708 5858
fax +82 2 708 5859
e-mail ti@ti.or.kr
web ti.or.kr/

Costa do Marfim
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Costa Rica ◩
Transparencia Costa Rica
Roxana Salazar
Avenidas O y 8, calle 33, Apt. 8A
San José, Costa Rica
tel. +506 253 5027
fax +506 296 1986
e-mail ticostarica@racsa.co.cr
web www.transparenciacr.org

Croácia ◩
TI Croatia (TI Hrvatska)
Prof. Sinisa Petrovic Presidente
Benjamin Cerovac Diretor-Executivo
Trg Stjepana Radica 3/II
10000 Zagreb, Croácia
tel. +385 1 611 32 63
fax + 385 1 613 00 64
e-mail
transparency@transparency.hr
web www.transparency.hr

Dinamarca ■
Torben Ishoy Presidente
Transparency International Danmark
Edvard Falcks Gade 1
1569 Kopenhaven V
tel. +45 3312 1838
fax +45 3312 5078
e-mail akji@mail.tele.dk
web www.transparency.dk

Egito ○
Dr. Ahmed Sakr Ashour
31 Mansheyet El Bakry St,
Heliopolis, Cairo, Egypt
tel. +202 455 3160
fax +202 258 8314
e-mail IGPC@hotmail.com

El Salvador
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Equador ■
Corporación Latinoamericana para el Desarollo (CLD)
Valeria Merino Dirani
Diretora-Executiva
Transparencia Ecuador
PO Box 17-12-00609, Quito
tel. +593 22 468 227
+593 22 259 031
+593 22 468 212
fax +593 22 468 229
e-mail cld@cld.org.ec
web www.cldonline.org

Eslováquia ■
Emilia Sicakova Presidente
TI-Slovak Republic
Eugen Jurzyca Presidente
c/o Centre for Economic Development (CPHR)
Bajkalská 25, 82718 Bratislava
tel. +421 2 5341 1020
fax +421 2 5823 3487
e-mail
gajdosova@transparenciay.sk
ema@transparency.sk
web www.transparency.sk

Eslovênia
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Espanha ○
Transparencia Internacional en España, sociedad civil
Rafael Calvo Secretário-Executivo
Secretaría General de la Fundación José Ortega y Gasset, c/ Fortuny, 53
28010-Mdrid
tel. +34 91 7004100
e-mail
transparency_spain@yahoo.es

Estados Unidos ■
Fritz Heimann Presidente
Nancy Zucker Boswell
Diretor de Operações
Transparency International-USA
1112 16th Street, NW
Suite 500,
Washington, DC 20036
tel. +1 202 296 7730
fax +1 202 296 8125
e-mail tiusa@aol.com
web www.transparency.usa.org

Estônia ■
Jaan Tõnisson Institute
Sr. Tarmu Tammerk Co-Presidente
Sr. Tiit Järve Co-Presidente
Sr. Agu Laius Diretor-Executivo
Endla 4
EE-0001 Tallin
tel. +372 262 3160
fax +372 626 3152
e-mail jti@jti.ee
agu@jti.ee
web www.ngonet.ee/jti/

Etiópia ○
Procurador
Teshome Gabre-MariamBokan
PO Box 101485
Adis-Abeba
tel. +251 1 518 484
fax +251 1 513 500
e-mail tgmb@telecom.net.et

Filipinas ■
Dolores Español Presidente
TI Phillipines 2nd Floor, UP
WILOCI Bldg. Manila Lions Rd,
Arroceros St., Manila 1000
tel. +63 2 527 0573
fax +63 2 871 9752
e-mail judgedle@info.com.ph

Finlândia ○
Leila Mustanoja
Albertinkatu 9 A 11
00150 Helsinki
tel. +358 9 6843 8900
+358 50 461 7013
fax +358 9 612 44938
e-mail
leila.mustanoja@pp.inet.fi
web
www.mustanojaconsulting.fi

França ■
Sr. Daniel Dommel Presidente
Transparence-International
France
12 rue de Penthièvre
75008 Paris
tel. +33 1 5377 3787
fax +33 1 5377 3507
e-mail transparence@online.fr

Gabão ○
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Gâmbia ■
TI Gambia
PO Box 94,
Banjul
Tel. +220 930 850
fax +220 224 851
e-mail raief@hotmail.com

Gana ◩
Ghana Integrity Initiative
Yaw Buaben Asamoa
Diretor-Executivo
P.O. Box LG 404 Legon, Acra
tel. +233 21 782 364
fax +233 21 782 365
e-mail gii@idngh.com

Geórgia ■
David Kikalishvili Presidente
32, Dzm. Zubalashvilebis st.,
380010, Tbilisi, Geórgia
tel. +995 32 92 1835
fax +995 32 92 1836
e-mail
DVKikalishvili@msn.com

Grã-Bretanha ■
Laurence Cockcroft Presidente
Transparency International UK
St Nicholas House
St Nicholas Road
Sutton, Surrey SM 1 EL
tel. +44 20 8643 9288
fax +44 20 8710 6049
e-mail ti.uk@crownagents.co.uk
web www.transparency.org.uk

Grécia ■
Virginia Tsouderos Presidente
6-7, Efrouniou St.
11634 Atenas
tel. +30 10 722 4940
fax +30 10 722 4947
e-mail transparency@otenet.gr
web www.transparency.gr
Somente Grécia

Guatemala ◩
Acción Ciudadana
Manfredo Marroquin
Diretor-Executivo
Avenida La Reforma, 12-01,
Zona 10
Edificio Reforma Montúfar,
Nivel 17
Cidade da Guatemala C.A.
01010
tel. +502 331 7566
fax +502 331 7576
e-mail acciongt@intelnet.net.gt
web
www.quik.guate.com/acciongt/

Haiti ○
Marilyn B. Allien
NO. 25 Route de la Montagne
Noire,Petion Ville,
Haiti HT6140, West indies
tel. +509 222 82 59
+509 222 82 52
fax +509 222 82 52
e-mail allienlhh@hainet.net

Honduras
Informações para contato
através do Secretariado da TI

Hungria ■
Transparency International
Magyarországi Tagozata
Egyesület
c/o Zolnai Janos or Abonyi Nóra
Akadémia utca 1
Budapeste 1051
tel. +36 1 311 3662
fax +36 1 315 0201
e-mail uvegzseb@freemail.hu
zolnayj@axelero.hu
zolna@mail.datanet.hu
web www.c3.hu/~tihun/

Iêmen ◩
Sr. Jamal Adimi Presidente
Transparency Yemen
Forum for Civil Society
PO Box 19458
Hadda Towers
Building No. 8, Flat No. 5
Sanaa, Iêmen
tel. +967 1 421 482
fax +967 1 421 484
e-mail FSC@y.net.ye

Ilhas Fiji ■
Ikbal Jannif
TI Fiji, PO Box 8
Suva
tel. +679 313211
fax +679 301925
e-mail colorscan@is.com.fj

Ilhas Maurício ■
Srta. Josie Lapierre Secretária-Executiva
Transparency Mauritius
Consultant to Group Chief
Executive The Anglo-Mauritius
Assurance Society Swam Group
Centre
10 Intendance Street,
Port Louis
tel. +230 202 8653
fax +230 208 8956
e-mail josie.lepierre@
anglo.intnet.mu
web www.
transparencymauritius.intnet.mu

Ilhas Salomão ○
Bob Pollard
tel. +667 23950
fax +667 27663
e-mail sica@solomon.com.sb

Índia ■
Admiral R.H. Tahilani Presidente
Sr. S.D. Sharma Vice-Presidente
Lok Sevak Sangh
Lajpat Bhawan, Lajpat Nagar
Nova Délhi 110 024
tel. +91 11 622 4711
+91 11 646 0825
fax +91 11 463 8899
e-mail tiindia@hotmail.com
web
www.ti-bangladesh.org/ti.india

Indonésia ◩
Sra. Emmy Hafild Secretária-Geral
TI-Indonesia
Jalan Tudolong Bawah C2
Jacarta 12190
tel. +62 21 573 6428
+62 21 917 4360
fax +62 21 573 6428
e-mail ehafild@ti.or.id
web www.ti.or.id

Irlanda
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Israel ■
SHVIL – Transparency
International (TI) Israel
c/o Prof. Dove Izraeli
Tel Aviv University
Faculty of Management
Telavive 69978
tel. +972 3 640 9176
fax +972 3 640 6321
e-mail dovei@tauex.tau.ac.il
web www.ti-israel.org

Itália ■
Sra. Maria Teresa Brassiolo
Transparency International
Italia, Via Zamagna 19
20148 Milão
tel. +39 02 4009 3560
fax +39 02 406829
e-mail info@transparency.it
web www.transparency.it/

Jamaica ■
Sra. Beth Aub
TI Jamaica, c/o dr. Martin Aub
Department of Mathematics,
UWI Mona, Kingston 7
tel. +1 876 944 8219
e-mail maub@anngel.com.jm

Japão ◩
Yukiko Miki Diretor-Executivo
Information Clearinghouse
108 Kiunkaku-Bldg, 3
Aizumicho, Shinjuku-ku,
Tóquio, 160-0005,
tel. 81 3 5269 1846
fax 81 3 5269 0944
e-mail icj@clearing-house.org

Jordânia ◩
Saeda Kilani
Arab Archives Institute
PO Box 815454, Amã
tel. +962 6 465 6682
fax +962 6 465 6694
e-mail saeda@nol.com.jo

Letônia ■
Sra. Inese Voika Presidente
Sra. Diana Kurpniece Gerente
Gertrudes Street, 34-5
Riga 1011
tel. +371 7 506 454
fax +371 7 506 455
e-mail TI@delna.lv
web www.delna.lv

Líbano ◩
The Lebanese Transparency
Association, Tayyar Center,
Box 55215 Sin al Fil, Beirute
tel. +961 1 293045
fax +961 1 490375
e-mail cadwan@inco.com.lb
c_adwan@yahoo.com

Lituânia ■
Sr. Alexandras Dobryninas
Presidente
Sra. Laima Zilinkiene
Diretora-Executiva
TI-Lithuania, Jaksto 9
2600 Vilna, Lituânia
tel. 370 5 212 6951
fax 370 5 212 1687
e-mail ad@osf.lt
laima@transparency.lt
web www.TILS.lt

Macedônia ◩
Zoran Jacev Presidente
Slagjana Taseva Diretora-Executiva
Bul. Ilinden 63, 1000 Skopje
tel. +389 2 121 011
fax +389 2 121 100
e-mail tim@forum.com.mk

Madagascar ◩
TI-Initiative Madagascar
Sra. Yveline Rakotondramboa
190 Route Circulaire
101 Antananarivo
tel. +261 20 2256 402
fax +261 20 2225 495
e-mail transparency.mg@dts.mg

Malásia ■
Tunku Abdul Aziz Presidente
TI Malaysia,
2-2-49 Wisma Rampai,
Jalan 34/26
Taman Sri Rampai, Setapak
53300 Kuala Lumpur
tel. +603 4149 5576
fax +603 4143 5968
e-mail manager@
transparency.org.my
web transparency.org.my

Malavi ■
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Mali ○
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Marrocos ■
Transparency Maroc
Bachir Rachdi Secretário-Geral
24 et 26 Bd. de Khouribga
Casablanca 20 000
tel. +212 22 542 699
fax +212 22 451 391
e-mail transparency.maroc@
marocnet.net.ma

Mauritânia
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

México ■
Transparencia Mexicana
Federico Reyes Heroles Presidente
Eduardo A Bohórquez
Secretário-Executivo
Dulce Olivia 71, Colonia Villa
Coyoacán, DF, 04000
tel./fax +52 55 5668 0955
e-mail tmexican@data.net.mx
web www.
transparenciamexicana.org.mx

Moçambique ○
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Moldávia ◩
Mihail Buruiana Presidente
Lilia Carascuic Diretora-Executiva
TI Moldova
98, 31-August St, office204
MD-2004, Chisinau
tel./fax +373 2 210 595
e-mail office@transparency.md
web www.transparency.md

Mongólia ○
Sr. Tumur-Ochir Erdenebileg
Membro do Great State Hural (Parlamento)
PO Box 1085, Ulaanbaatar 13
Ayun Sanjaasurengin Membro do Parlamento da Mongólia
Government House – 424
Ulaanbaatar – 12
tel. +976 1 321 345
fax +976 1 322 866
e-mail erdenebileg@gov.mn
tel./fax +976 1 323 645
e-mail oyun@mail.parl.gov.mn

Namíbia ○
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Nepal ■
Dr. Devendra Raj Panday Presidente
Transparency International
Nepal PO Box 11486
New Plaza Putalisadak
Katmandu
tel. +977 1 436 462
fax +977 1 420 412
e-mail trans@tinepal.org
web www.tinepal.org/

Nicarágua
Informações para contato
através do Secretariado da TI
Internacional

Níger ◩
Association Nigérenne de Lutte
contre la Corruption
Aissata Fall Bagnan
Quartier Poudrière, Villa 3086
BP 10326 Niamei
e-mail
aissata_fall@caramail.com

Nigéria ■
Gen. RO Ishola Williams
Transparency in Nigeria
2nd Floor,
302 Iju Water Works Road
Iju-Ishaga, Agege
Lagos
tel. +234 1 471 3697
fax +234 1 803 321 3342
e-mail tin@alpha.linkserve.com

Noruega ○
Jan Borgen Secretário-Geral
PO Box 1385
Vika 0114 Oslo
tel. +47 228 348 00
fax +47 22 228 348 01
e-mail jborgen2@online.no
jborgen@transparency.no

Nova Zelândia ◩
Murray Petrie Coordenador
Shane Cave
Gerente de Relações com a Mídia
34 Harbour View Rd.
Wellington
tel. +64 4 475 6109
fax +64 4 475 6108
e-mail mpetrie@ihug.co.nz
scave@ihug.co.nz

Países Baixos ◩
Fred H. Horbeek Presidente
P.O. Box 17100
3500HG, Utrecht
tel. +31 30 216 2105
fax +31 20 444 1393
e-mail
f.h.horbeek@rn.rabobank.nl
web www.
transparencyinternational.nl

Palestina ○
The Coalition for Accountability and Integrity – AMAN
Shua Marrar
Coordenador de Programas
PO Box 3858
Jerusalém 97 800
tel. +972 2585 1842
fax +972 2583 5184
e-mail
aman@aman-palestine.org
web www.aman-palestine.org

Panamá ■
Fernando Berguido Presidente
Angélica Maytin Diretora-Executiva
Fundación para el Desarrollo de la Libertad Ciudadana
Apartado 810-266, Zona 10
tel. +507 229 4207
+507 229 4213
fax +507 229 0294
e-mail
tipanama@cableonda.net
web www.
transparenciapanama@com

Papua-Nova Guiné ■
Hon. Anthony Siaguru Presidente
TI Papua New Guinea
PO Box 591 Port Moresby
tel. +675 320 2188
fax +675 320 2189
e-mail tipngi@daltron.com.pg
web
www.transparencypng.org.pg

Paquistão
Sr. Shaukat Omari
Diretor de Operações
HI-aqua, 83-Q,
Khalid Bin Waleed Road,
Block-II P.E.C.H.S., Karachi
tel. +92 21 454 4400
fax +92 21 455 9152
e-mail
ti-pak@khi.paknet.com.pk
web www.transparency.org.pk

Paraguai ■
José Antonio Bergues Presidente
Patricia Marchewka
Diretora-Executiva
Transparencia Paraguay
Defensa Nacional 849
c/ Padre Cardozo,
1er. Piso, Ofic. 1
Assunção – Paraguai
tel. +595 21 228 194
fax +595 21 228 194
e-mail
transpar@telesurf.com.py
jbergues@uninet.com.py
web
www.transparenciapy.org.py

Peru ○
Proética
Consorcio Nacional para la Etica Pública
Jose Ugaz Sánchez-Moreno
Presidente
Jose Argüelles Diez-Gallo
Secretário-Executivo
Ricardo Uceda Delegado da TILAC
Calle Sucre 317 – Barranco
Lima 4
tel. +511 247 3308
+511 247 4465
fax +511 247 3194
e-mail ugaz@proetica.org.pe
arguelles@proetica.org.pe
ucedae@proetica.org.pe

Polônia ■
Julia Pitera Presidente
TI-Poland
ul. Ordynacka 9/33
00-364 Varsóvia
tel. +48 22 828 0244
fax +48 22 828 9243
e-mail ti@transparency.pl
web www.transparency.pl

Portugal
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Quênia ■
TI Kenya
John Githongo Diretor-Executivo
PO Box 198-00200
City Square
Nairóbi, Quênia
tel. 254 2 727763/5
fax 254 2 729530
e-mail tikenya@wananchi.com
web www.tikenya.org

Quirguízia ○
Aigul Akmatjanova
Group of Scientists
Bishkek
tel./fax +996 312 289 387
e-mail sange@elcat.kg

República Dominicana
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

República Tcheca ■
Transparency International Czech Republic (TIC)
Vaclav Perich Presidente
Ada Krnacova Diretora-Executiva
Hana Skapova Gerente de Projetos
Frantiska Krizka 4
170 00 Praga 7
tel. +420 233 37 88 67
+420 233 37 24 14
fax +420 233 37 89 00
e-mail
krnacova@transparency.cz
skapova@transparency.cz
web www.transparency.cz

Romênia ■
Marian Popa Presidente
Oana Zabava Diretora-Executiva
Romanian Association for Transparency – ART
15 Eroilor Sanitari blvd., apt. 2
762411 Bucareste, Sector 4
tel./fax +40 21 411 5500
e-mail
office@transparency.org.ro
web
www.transparency.org.ro

Rússia ■
Elena Panfilova Diretora
1, Nikoloyamskaya st.
109189 Moscou, Rússia
tel./fax +7 095 915 0019
e-mail
info@transparency.org.ru
web www.transparency.org.ru

Samoa ○
Epa Tuioti
R. Vaai House, Taufusi St.
PO Box 1882, Apia
tel. +685 25345
fax +685 22087
e-mail etuioti@kvaconsult.com

Senegal ■
Forum Civil
Immeuble M.K.R.
corniche Ouest x Rue 9
2 ème étage, Medina
Dacar B.P. 11.332
tel. +221 842 4042
fax +221 842 4045
e-mail bg@sentoo.sn

Serra Leoa ○
Clifford Roberts
National Accountability Group (NAG) C/o CGG
29 Liverpool St
PO Box 1437, Freetown
tel. +232 22 225 028
e-mail
nags12000@yahoo.co.uk

Sérvia/Iugoslávia ◩
Dr. Pedrag Jovanovic Presidente
TI Serbia c/o European Movement
in Serbia (Evropski
Pokret u Srbiji)
Dure Jaksica 5/1
11000 Belgrado
tel. +381 63 811 9360
fax +381 11 303 0687
e-mail dem@eunet.yu
web
www.transparentnost.org

Sri Lanka ■
TI-Sri Lanka
Weliamuna Diretor-Executivo
39/4 Jaysinghe Road
Colombo 6
tel. +94 1 853874
e-mail weli@sit.lk

Suécia
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Suíça ■
Philippe Lévy Presidente
Transparency Switzerland
Zora Ledergerber Diretor
Monbijoustrasse 29
CH-3000 Berna
tel. +41 31 382 3550
fax +41 31 382 3550
e-mail info@transparency.ch
phlevy@dplanet.ch
web www.transparency.ch

Tailândia ■
Dr. Juree Vichit-Vadakan Diretor
Center for Philanthropy and Civil Society
National Institute of Development Administration
Bangkapi
Bangcoc 10240
tel. +662 377 7206
fax +662 374 7399
e-mail juree@nida.nida.ac.th
web
www.transparency.thailand.org

Taiwan ◩
Transparency Taiwan
Chilik Yu Diretor-Executivo
Department of Public Policy & Management
Shih-Hsin University
1, Lane 17, Sec. 1, Um-cha Rd.
Taipei
tel. +886 2 2236 8225
ext. 3461/3462
fax +866 2 2236 3325
e-mail cyu@cc.shu.edu.tw

Tanzânia ■
Sr. Ibrahim Seushi
TI Tanzania
c/o PricewaterhouseCoopers
International House
PO Box 10953, Dar es Salaam
tel. +255 51 133 100
fax +255 51 133 200
e-mail ibrahim.h.seushi@
tz.pwcglobal.com

Trinidad e Tobago ■
The Trinidad & Tobago Transparency Institute
Sr. Boyd Reid Presidente
Suite 120 Bretton Hall
16 Victoria Avenue
Port-of-Spain
tel./fax +1 868 627 2950
e-mail
transparency@carib.link.net

Turquia ■
Transparency International Turkey
Sr. Erics Kurtulus Presidente
Toplumsal Sadamlik Hareketi Dernegi, Matbaaci Osmanbey
Sokak No. 46 Sisli/Istambul
tel. +90 212 282 4025
fax +90 212 279 0516
e-mail
saydamlik@superonline.com
web www.saydamlik.org

Ucrânia ■
TI Ukraine
"clean hands"
Larysa Denyssenko
Diretor de Programas
Ukrainian Legal Foundation
Saksaganskogo 41
251033 Kiev
tel. +380 44 227 22 07
fax +380 44 227 22 20
e-mail larysa@upf.kiev.ua
web www.transparency.org.ua

Uganda ■
Transparency Uganda
c/o Wafula Ogutt
Plot 29-39. 8th Street
Industrial Area
PO Box 12141
Kampala, Uganda
tel. +256 41 346 824
fax +256 41 236 050
e-mail
woguttu@monitor.co.ug

Uruguai
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Vanuatu ■
Sra. Marie-Noelle Ferrieux-Patterson Presidente
Transparency International Vanatu
Bougainville House
PO Box 355, Port Vila
tel. +678 25715
fax +678 25716
e-mail tiv@vanuatu.com.vu

Venezuela
Informações para contato através do Secretariado da TI Internacional

Zâmbia ◩
Sra. Christine Munalula
Presidente
Foundation for Democratic Process
PO Box 32387, Lusaka
tel. +260 1 290 080
+260 1 238 347
fax +260 1 220 996
+260 1 293 649
e-mail tizambia@zamnet.zm

Zimbábue ■
Dr. John MW Makumbe
Presidente
Andrew Nongogo Diretor-Executivo
96 Central Avenue
Harare, Zimbábue
tel. +263 4 793 246
+263 4 721 172
fax +263 4 793 247
e-mail tiz@transparency.org.zw
tizdir@ecoweb.co.zw
web www.
kubatana.net/tiz/index.htm

■ **Capítulo Nacional**
◩ **Capítulo Nacional em formação**
○ **Contato**

Diretoria



Peter Eigen
Presidente, Alemanha
O dr. Peter Eigen é advogado. Trabalhou com desenvolvimento econômico durante 25 anos, principalmente como gerente de programas na África e na América Latina no Banco Mundial. Com o patrocínio da Fundação Ford, deu assistência jurídica e técnica aos governos de Botsuana e Namíbia. Lecionou direito na Universidade de Frankfurt e na Universidade de Georgetown. De 1988 a 1991, foi diretor da Regional Mission for Eastern Africa of the World Bank [Missão Regional do Banco Mundial para o Leste da África].



Tunku Abdul Aziz
Vice-presidente, Malásia
Tunku Abdul Aziz ocupou cargos-chave à frente de grandes empresas do setor privado na Malásia e em outros países. Trabalhou no ASEAN-US e ASEAN-EEC Business Councils [Conselho Empresarial da Associação das Nações do Sudeste Asiático — EUA e CE] e, durante dois anos, foi presidente do ASEAN CCI Committee, responsável por fazer recomendações para o desenvolvimento da indústria automobilística na ASEAN. Foi conselheiro no Banco Central da Malásia antes de retornar ao setor privado. Sua última nomeação foi como diretor de administração no Secretariado do Commonwealth em Londres.



Frank Vogl
Vice-presidente, Estados Unidos
Frank Vogl é presidente da Vogl Communications Inc., firma de consultoria em administração estratégica com sede em Washington, D.C. Vogl é um co-fundador da Transparência Internacional. Após uma carreira jornalística de quase quinze anos, tornou-se diretor de assuntos públicos do Banco Mundial em 1981 e permaneceu no cargo até 1990. Vogl contribui freqüentemente em nossas publicações com artigos sobre ética nos negócios. É também co-autor de um livro sobre *insights* para a geração de riqueza no século XXI. É conselheiro no Ethics Resource Center of the United States [Centro de Recursos Éticos dos Estados Unidos], membro do Brookings Institution Council e curador da Arthur W. Page Society.



Cláudio Weber Abramo
Brasil
Cláudio Weber Abramo é formado em matemática e é mestre em filosofia da ciência. Atuou principalmente na área de comunicação e como jornalista. Ocupou cargos de responsabilidade nos mais importantes jornais brasileiros e foi secretário de redação do principal jornal de negócios do Brasil. Atualmente dedica-se inteiramente ao trabalho de secretário-geral da Transparência Brasil. Antes de tornar-se oficialmente ligado à TBrasil, colaborou com a TI entre 1997 e 1998, tendo sido co-autor do capítulo sobre licitação na adaptação do *Source Book* [Livro de Referência] da TI para a América Latina. Abramo escreve freqüentemente para jornais. Escreveu um livro sobre tradução poética e compilou os contos completos de Machado de Assis.



Emília Sicáková-Beblavá
Eslováquia
Emília Sicáková é formada pela Faculdade de Comércio da Universidade de Economia em Bratislava. Atualmente está estudando para obter seu Ph.D. De janeiro de 1997 a outubro de 1998, trabalhou no Center for Economic Development (CED) [Centro para Desenvolvimento Econômico] como pesquisadora. Seus projetos de pesquisa concentraram-se nos temas de transparência, corrupção e sistemas de controle. É presidente do capítulo da Transparência Internacional na Eslováquia desde 1998. Realiza palestras sobre reformas sociais e econômicas e transparência na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Comenius em Bratislava, entre outras atividades profissionais. Ela também trabalha como consultora para numerosas organizações nacionais e internacionais.



Fritz F. Heimann
Estados Unidos
Fritz F. Heimann trabalhou como advogado na General Electric por mais de quatro décadas. Foi conselheiro-geral associado por mais de vinte anos e atualmente é conselheiro no Conselho-Geral de Advogados. É um dos fundadores da Transparência Internacional e presidente da TI USA. Preside o Working Group on Bribery and Corruption of the US Council for International Business [Grupo de Trabalho sobre Suborno e Corrupção do Conselho Americano de Negócios Internacionais] e é membro do International Chamber of Commerce Committee on Extorsion and Bribery [Comitê de Extorsão e Suborno da Câmara Internacional de Comércio]. Está profundamente envolvido com os trabalhos da OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials [Convenção da OECD para Combate ao Suborno de Autoridades Estrangeiras] e das ICC's Rules of Conduct to Combat Extorsion and Bribery [Regras de Conduta da ICC para o Combate à Extorsão e Suborno].



John Githongo
Quênia
John Githongo é analista político e jornalista. Desde 1996 trabalha como diretor do African Strategic Research Institute (ASRI) [Instituto Africano de Pesquisa Estratégica], firma de consultoria com sede em Nairóbi especializada em análise das tendências sociais e econômicas em regiões diversas. Também foi diretor da Intermedia Ltd., empresa regional de consultoria e treinamento especializada em assuntos de desenvolvimento social. Foi consultor de agências como UNDP e USAID. Como jornalista, trabalhou em diversas áreas de muitos jornais regionais e nacionais, entre eles o *East African* e o *Executive*. Escreve ainda para um grande número de publicações, como o *Financial Times* de Londres.



Peter Rooke
Austrália
Peter Rooke é advogado comercial e, por mais de trinta anos, foi consultor em comércio internacional e investimentos. Foi presidente do International Bar Association's Middle East Regional Forum [Fórum Regional do Oriente Médio da Associação Internacional de Advogados] e foi presidente ou membro do Conselho de outras empresas e ONGs. Rooke ajudou na criação do capítulo Nacional Australiano em 1995 do qual é atualmente diretor. Participa do trabalho da TI em toda a Ásia e na região do Pacífico. É membro ativo da TI desde 1996.



Mame Adama Gueye
Senegal
Mame Adama Gueye é sócio de uma das mais importantes firmas de advocacia do Senegal. Também é consultor e arbitrador registrado no Centre for Mediation, Conciliation and Arbitration of Dakar's Chamber of Commerce, Industry and Agriculture [Centro de Mediação, Conciliação e Arbitramento da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura de Dacar]. Depois de ter concluído os estudos de pós-graduação em direito comercial, direito tributário e direito civil na Universidade de Rennes, na França, Gueye trabalhou na Young Lawyers Association of Senegal [Associação dos Jovens Advogados do Senegal]. Cumpriu três mandatos consecutivos no Bar Council of Senegal [Conselho da Associação dos Advogados do Senegal]. Gueye é vice-presidente da comissão La Société face à l'Administration Publique, uma entidade nacional dedicada à área de sistemas de controle. É autor de um relatório sobre o Senegal que foi incluído no estudo do UNDP sobre Ética no Setor Público Africano. Também é autor de uma National Integrity System Survey on Senegal [Investigação Nacional sobre Sistemas de Integridade do Senegal].



Michel Wiehen
Alemanha
Michel Wiehen estudou direito na Alemanha e em Harvard. Trabalhou por mais de trinta anos no Banco Mundial, primeiramente no departamento jurídico e depois em vários cargos administrativos, entre eles o de diretor nacional para o Sudeste da Europa, Sudeste da Ásia e para o Leste e Sul da África. Wiehen teve um papel fundamental no desenvolvimento da cooperação entre o Banco Mundial e a comunidade global das ONGs. Desde sua aposentadoria, em 1995, dedica boa parte de seu tempo como voluntário da TI engajado em atividades internacionais e na Alemanha. Wiehen é membro da Associação dos Advogados em Munique e é curador do Mountain Institute — organização dedicada à preservação e melhoria do meio ambiente e da cultura das montanhas.



Rosa Inés Ospina Robledo
Colômbia
Rosa Inés Ospina Robledo é formada em serviço social aplicado pela Universidad Externado de Colombia e trabalhou como professora universitária. Atua como conselheira em várias instituições públicas em questões como desenvolvimento social e rural, e desenvolvimento social e discriminação por sexo. Ospina trabalhou no desenvolvimento de várias ONGs ligadas a essas áreas e foi consultora em várias organizações nacionais e internacionais. Ela é co-fundadora da Transparência Colômbia, capítulo nacional da TI em seu país, e é a diretora-executiva.



Devendra Raj Panday
Nepal
O dr. Panday teve um papel fundamental no processo de democratização e desenvolvimento do Nepal. Já teve cargos de grande relevância no governo e empresas do setor privado de seu país. Contribuiu para a instalação do regime democrático no Nepal ocupando vários cargos, inclusive o de vice-presidente das Organizações dos Direitos Humanos do Nepal. Foi preso pelo então regime autoritário. Após a democratização do Nepal, o dr. Panday foi ministro da Economia no gabinete interino responsável pela estruturação da nova constituição democrática e pela realização das eleições parlamentares. Continua bastante ativo em seu trabalho pela transparência e responsabilidade social, desenvolvimento democrático e cooperação regional no sul da Ásia através de seu envolvimento com várias organizações. É autor de várias publicações e atualmente é o presidente da Transparency Nepal.

Conselho Consultivo

Kamal Hossain *Presidente, Bangladesh*
Ex-ministro da Justiça e das Relações Exteriores

Ahmedou Ould-Abdallah
Co-presidente, Mauritânia
Ex-ministro das Relações Exteriores
Secretário-executivo da Global Coalition for Africa [Coalizão Global pela África]

Oscar Arias Sánchez *Costa Rica*
Ex-presidente, ganhador do Prêmio Nobel da Paz
Presidente da Arias Foundation for Peace and Human Progress
[Fundação Arias pela Paz e Progresso Humano]

Paul Batchelor *Grã-Bretanha*
PwC, Global Geographies

Peter Berry *Grã-Bretanha*
Presidente, Crown Agents

John Brademas *Estados Unidos*
Presidente emérito da New York University
Presidente da National Endowment for Democracy [Doação Nacional pela Democracia]

Jimmy Carter *Estados Unidos*
Ex-presidente

Ugo Draetta *Itália*
Vice-presidente e conselheiro sênior da General Electric

Dolores L. Español *Filipinas*
Juíza da Corte Regional de Justiça

Dieter Frisch *Alemanha*
Ex-diretor-geral para Desenvolvimento da Commission of the European Communities [Comissão das Comunidades Européias]

Johan Galtung *Noruega*
Pesquisador da paz, ganhador do Prêmio Nobel da Paz Alternativo

Ekaterina Genieva *Rússia*
Diretora-geral da State Library for Foreign Literature [Biblioteca Estadual para Literatura Estrangeira]

Frene Ginwala *África do Sul*
Membro do Parlamento

Huguette Labelle *Canadá*
Ex-presidente da Canadian International Development Agency [Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional]

Ronald MacLean Abaroa *Bolívia*
Prefeito de La Paz
Ex-ministro das Relações Exteriores

Hans Matthöfer *Alemanha*
Ex-ministro da Fazenda
Diretor-presidente da Beteiligungsgesellschaft für Gemeinwirtschaft

Ira Millstein *Estados Unidos*
Presidente do Business Advisory Group to OECD-World Bank sponsored Global Corporate Governance Programme [Grupo Deliberativo Empresarial para a OECD – Programa de Controle Corporativo Global patrocinado pelo Banco Mundial]

Festus Mogae *Botsuana*
Presidente

George Moody-Stuart *Grã-Bretanha*
Gerente aposentado
Ex-presidente da Worldaware

Luis Moreno Ocampo *Argentina*
Ex-promotor público e procurador distrital de Buenos Aires
Co-fundador do Poder Ciudadano

Néstor Humberto Martinez Neira *Colômbia*
Ex-ministro da Justiça

Miklós Németh *Hungria*
Ex-primeiro-ministro
Ex-vice-presidente da EBRD

John Noonan *Estados Unidos*
Juiz da Corte Federal de Apelação dos Estados Unidos

Olusegun Obasanjo *Nigéria*
Presidente

Abdullah Mohamed Omar *África do Sul*
Ministro dos Transportes

Wiktor Osiatynski *Polônia*
Open Society Institute

Khun Anand Panyarachun *Tailândia*
Ex-primeiro-ministro
Presidente da Saha-Union Public Co. Ltd.

Jean-Claude Paye *França*
Ex-secretário-geral da OECD
Conselheiro especial do governo

Hartmut Ruppel *Namíbia*
Ex-procurador-geral
Sócio da Lorenz & Bone

Augustine Ruzindana *Uganda*
Presidente do Comitê de Contas Públicas do Parlamento

Anthony Siaguru *Papua-Nova Guiné*
Ex-ministro e secretário de Relações Exteriores

Savenaca Siwatibau *Ilhas Fiji*
Vice-chanceler
University of the South Pacific

Soli J. Sorabjee *Índia*
Procurador geral
Advogado sênior da Suprema Corte da Índia

Virginia Tsouderos *Grécia*
Ex-vice-ministra das Relações Exteriores

Jessica Tuchmann Mathews *Estados Unidos*
Presidente da Carnegie Endowment for International Peace
[Doações Carnegie para a Paz Internacional]

Joe Wanjui *Quênia*
Presidente da Bawan Roses Ltd.

Richard von Weizsäcker *Alemanha*
Ex-presidente

Secretariado

Secretariado Internacional de Berlim	**Peter Eigen** *Presidente* *Alemanha*	**Hansjoerg Elshorst** *Diretor-executivo* *Alemanha*	**David Nussbaum** *Diretor-executivo* *Grã-Bretanha* *(a partir de novembro de 2002)*	
Diretores-executivos	**Jermyn Brooks** *Grã-Bretanha* **Margit van Ham** *Alemanha*	**Roslyn Hees** *Canadá* **Muzong Kodi** *República Popular do Congo* *(a partir de novembro de 2002)*	**Miklos Marschall** *Hungria* **Carin Norberg** *Suécia*	**Silke Pfeiffer** *Alemanha* *(Diretora interina para a América Latina)*
Programas	**Jessica Berns** *Estados Unidos* **Sergei Chereikin** *Rússia* **Stian Christensen** *Noruega* **Sarah Cooper** *Grã-Bretanha* **Margaret Cruz** *México/Estados Unidos* **Stan Cutzach** *França* **Gillian Dell** *Estados Unidos*	**Arwa Hassan** *Grã-Bretanha/Egito* **Robin Hodess** *Estados Unidos* **Tania Inowlocki** *Estados Unidos* **Véronique Lerch** *França* **Ran Liao** *China/Noruega* **Bettina Meier** *Alemanha* **Sara Morante** *Itália*	**Françoise-Nicole Ndoume** *Camarões* **Lisa Prevenslik Takeda** *Estados Unidos* **Rachel Rank** *Grã-Bretanha* **Alejandro Salas** *México* **Johannes Seybold** *Áustria* **Gopakumar Krishnan Thampi** *India*	**Chantal Uwimana** *Burundi* **Aled Williams** *Grã-Bretanha* **Folkard Wohlgemuth** *Alemanha* **Toby Wolfe** *Grã-Bretanha* **Marie Wolkers** *França*
Relações públicas	**Jeff Lovitt** *Grã-Bretanha* *(Diretor da PR)*	**Jana Kotalik** *Canadá/República Tcheca*	**Sarah Tyler** *Estados Unidos/Uruguai*	
Unidade de Serviço de Informação e Conhecimento	**Shadrach Basheerhamad** *Índia* *(Diretor da KISU)*	**Caroline Knowles** *Grã-Bretanha*	**Lene Møller Jensen** *Dinamarca*	**Kristina Spaar** *Suíça*
Administração e Tecnologia da Informação	**Leticia Andreu** *Chile/Itália* **Hannelore Deimling** *Alemanha* **Sylvia Fiebig** *Alemanha*	**Anke Goldammer** *Alemanha* **Andrew Kelly** *Estados Unidos* **Nüket Kılıclı** *Alemanha/Turquia*	**Vanesa Kohl-Salazar** *Peru* **Dean Rogers** *Grã-Bretanha* **Renate Trowers** *Alemanha*	
Secretariado Internacional de Londres	**Jeremy Pope** *Diretor* *Nova Zelândia*			
Programas	**Fredrik Galtung** *Noruega* *(Chefe de Pesquisa)*	**Anna Hakobyan** *Armênia*	**Carolin Schlippe** *Alemanha*	
Administração	**Simon Tucker** *Grã-Bretanha*			

A corrupção é um dos maiores desafios que o mundo contemporâneo enfrenta. Ela prejudica o governo honesto, distorce as políticas públicas, leva à má alocação de recursos e prejudica o desenvolvimento do setor privado. Mas, acima de tudo, a corrupção fere aqueles que menos têm condições de lutar contra ela. Só é possível deter a corrupção com a cooperação de todos os que apostam na integridade e na transparência de suas instituições. Ao juntar suas forças, as instituições internacionais, o Estado, os cidadãos conscientes e o setor privado podem derrotar a corrupção. A eliminação da corrupção melhora a vida de homens e mulheres em todo o mundo.

A Transparência Internacional reconhece que a responsabilidade pela corrupção é comum a todos e sua ênfase está nos sistemas de reforma, e não na denúncia de cidadãos. A TI é a única instituição internacional dedicada à luta contra a corrupção. Tornou-se a maior força na luta pela transparência e por governos honestos, com uma rede de capítulos nacionais que implantam sua missão em quase noventa países.







Transparência Internacional
Relatório Anual de 2002 – Versão em português com seção especial sobre a América Latina

Equipe editorial
Susan Côté-Freeman
Karen Förnzler
Contribuições especiais
Jana Kotalik
Sarah Tyler
Margaret Cruz

ISSN 1027-7986
ISBN 3-935711-03-4

Publicado por
Transparência Internacional
Otto-Suhr-Allee 97/99
10585 Berlim
Alemanha
tel. **49 (0) 30 34 38 20 0**
fax **49 (0) 30 34 70 39 12**
e-mail **ti@transparency.org**
web **www.transparency.org**

Projeto
dzi9 ltd

Impressão da Edição Brasileira
GraphBox • Caran

Transparency International/Berlin
Otto-Suhr-Allee 97/99
10585 Berlin
Germany
tel. **49 (0) 30 34 38 20 0**
fax **49 (0) 30 34 70 39 12**
e-mail **ti@transparency.org**

Transparency International/London
Unit 1, the Quadrangle
49 Atalanta Street
London SW6 6TU
United Kingdom
tel. **44 (0) 20 7610 1400**
fax **44 (0) 20 7610 1550**
e-mail **london-office@transparency.org**

Créditos das fotografias
página 1 **Christian Jungeblodt**
página 6 **AP Javier Galeano**
página 7 **© Raymond Gehman/CORBIS**
páginas 8/9 **© Lawrence Manning/CORBIS**
página 10 **AP Photo/Czarek Sokolowski**
páginas 12/13 **AP Javier Galeano**
páginas 14/15 **© Rose Hartman/CORBIS**
página 19 **Jutta Philippi Eigen**

Edição Brasileira
Transparência Brasil
Rua Francisco Leitão 339 conj 122
05414 025 Pinheiros
São Paulo SP
tel. **55 (0) 11 3062 3436**
e-mail **tbrasil@transparencia.org.br**
web **www.transparencia.org.br**

Tradução do inglês para esta edição
Rosana Antoniolli

Tradução do espanhol para esta edição
Heloisa Jahn















Relatório Anual 2002

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL
a coalizão contra a corrupção